

PLANO DIRETOR METROPOLITANO RMBH

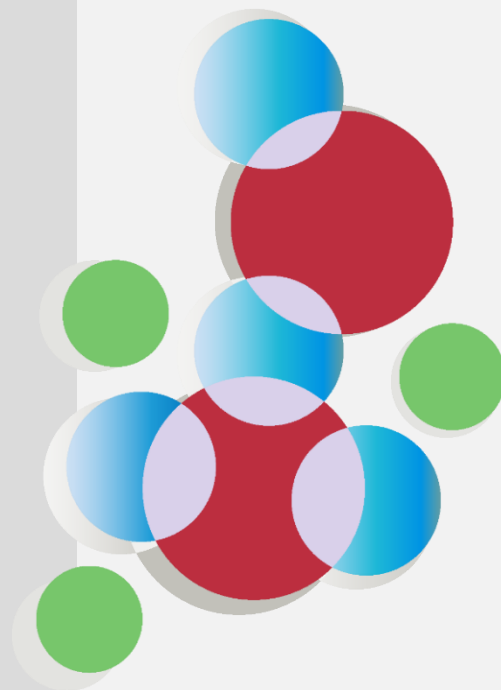


REUNIÃO COMPLEMENTAR COM O COMITÊ DE
ACOMPANHAMENTO DA REVISÃO DO PDDI
12.06.2023

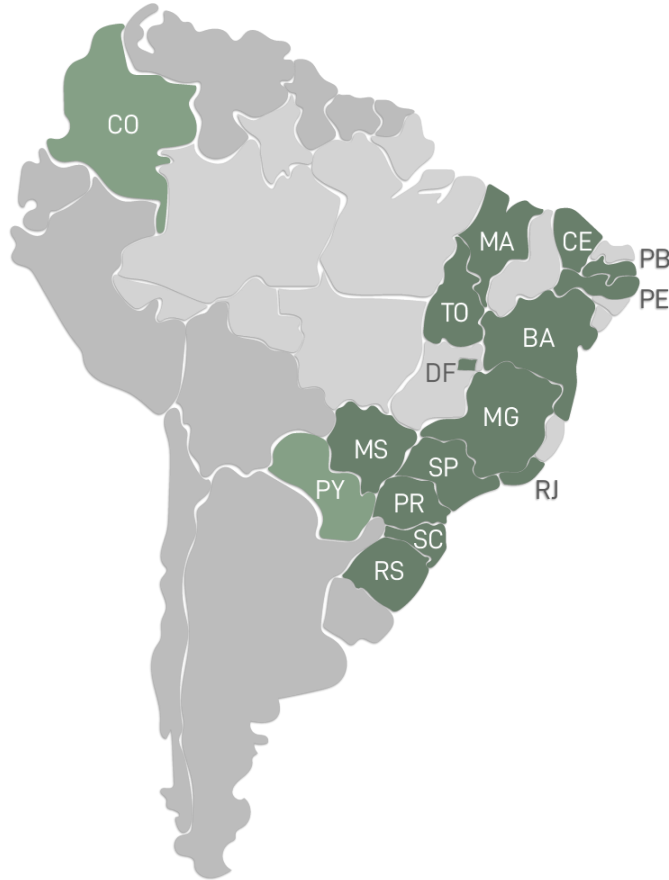


1. Apresentação do consórcio;
2. Estruturação do trabalho;
3. Pressupostos Metodológicos;
4. Síntese Analítica Diagnóstico;
5. Próximas etapas.

1. Apresentação do consórcio



URBTEC™



PLANEJAMENTO



ENGENHARIA



CONSULTORIA



GESTÃO DE PROJETOS





Planos e projetos elaborados



Plano Diretor Municipal

Campo Grande – MS
 João Pessoa – PB
 Araucária - PR
 Ponta Grossa - PR
 Palmas - PR
 Canoinhas - SC
 Quatro Barras - PR
 Piraquara - PR
 Tijucas do Sul – PR
 Colombo – PR
 Pato Branco - PR
 Novo Hamburgo - RS



Plano de Mobilidade

Jaraguá do Sul - SC
 Ponta Grossa - PR
 Guarapuava - PR
 Canoinhas - SC
 Fazenda Rio Grande - PR
 Piraquara - PR
 Tijucas do Sul – PR
 Lapa - PR
 Região Metropolitana de
 Belo Horizonte – MG
 Caxias do Sul – RS
 Paranaguá - PR



Plano de Desenvolvimento Regional

Metrópole PR Norte
 PDUI – RM Maringá
 PDUI – RM Londrina
 PDUI – RM Cascavel
 Rede Urbana da Bahia
 PDDI – RM Belo Horizonte
 Plano de Cidade del Leste -
 PY



Planos de Transporte Coletivo

Jaraguá do Sul - SC
 São Bento do Sul - SC
 Gaspar – SC
 Distrito Federal
 Tijucas do Sul - PR
 Laranjeiras do Sul – PR
 Guarapuava – PR
 Paranaguá - PR
 Pontal do Paraná – PR
 Dois Vizinhos – PR



Rua Doutor Jorge Meyer Filho, 93
Curitiba, Paraná.
+55 41 3053-3487
www.envexengenharia.com.br

A EnvEx Engenharia e Consultoria, fundada em 2006 e com sede em Curitiba, é uma empresa especializada no desenvolvimento de estudos avançados na área ambiental.

É a empresa líder do Grupo EnvEx, formado pela EnvEx Pró-Engenharia e Ferma Engenharia.

Já atendeu mais de 800 clientes em todo o Brasil, em projetos de médio e grande porte para o setor público e iniciativa privada.

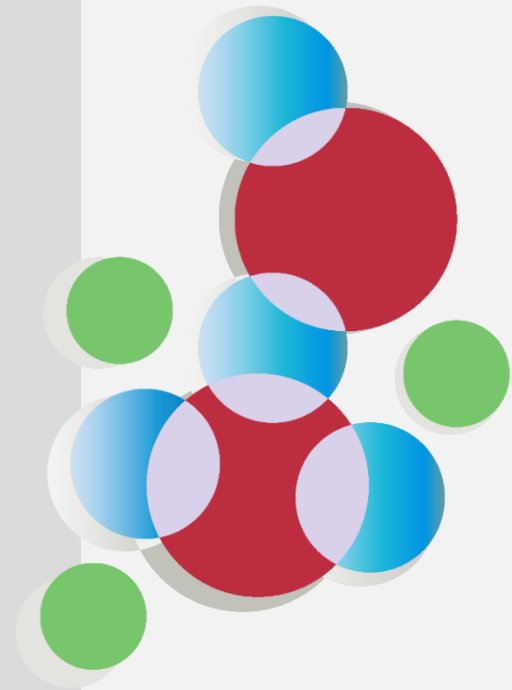


Rua Doutor Jorge Meyer Filho, 93
Curitiba, Paraná.
+55 41 3053-3487
www.envexengenharia.com.br

As principais áreas de atuação da EnvEx:

- Monitoramento e Modelagem Matemática Ambiental;
- Planos de Saneamento Básico, Resíduos Sólidos e Macro drenagem Urbana;
- Planos de Recursos Hídricos e Estudos Hidrológicos;
- Estudos Ambientais e Urbanísticos como EVTEA, EIA-RIMA, EIVs, PCA/RCA, Estudos de Tráfego, etc.

2. Estruturação do trabalho



Estrutura do Trabalho



Eventos e produtos realizados/entregues

	2022	2023	2024
Eventos	<ul style="list-style-type: none">Evento de lançamento;✓ Reunião de início das atividades com a equipe técnica da Agência RMBHR Acompanhamento.	<ul style="list-style-type: none">1º Ciclo de Participação – Audiências Públicas;R Acompanhamento.2º Ciclo de Participação – Audiências Públicas;R Acompanhamento.	<ul style="list-style-type: none">*2º Ciclo AP previsto para o próximo anoEvento de encerramento;R Acompanhamento.
Etapas	<ul style="list-style-type: none">✓ Etapa 0PreliminarConcluída	<ul style="list-style-type: none">Etapa 1DiagnósticoPrazo TR 4 mesesEtapa 2ProposiçõesPrazo TR 5 meses e 15 dias	<ul style="list-style-type: none">Etapa 3EncerramentoPrazo TR 3 meses
Entregas	<ul style="list-style-type: none">✓ P1 – Plano de Trabalho;Relatório de Atividades 01.	<ul style="list-style-type: none">P2 – Diagnóstico;Relatório de Atividades 02*Entrega preliminar do P2 realizada no dia 02/06/2023P3– Diretrizes para as FPICS;P4– Políticas e projetos Estratégicos;P5 – Macrozoneamento Metropolitano;P6– Financiamento e Inst. de Gestão;P7– Sistemática de Acompanhamento e Monitoramento;Relatório de Atividades 03;	<ul style="list-style-type: none">P8 – Resumo Executivo;P9 – Minuta de Projeto de Lei;Relatório de Atividades 04.

Estrutura do Trabalho



Cronograma previsto - 2023

JUNHO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
29	30	31	1	2 P2 ²	3	4
5 RA	6	7	8	9	10	11
12	13	14	15	16	17	18
19 RA	20	21	22	23	24	25
26 RA	27	8	29	30	1	2

JULHO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
26	27	28	29	30	1	2
3 RA	4	5	6	7	8	9
10 RA/ CAP	11	12	13	14	15	16
17 RA	18	19	20	21	22	23
24 RA	25	26	27	28	29	30
31 AP	1 AP	2 AP	3 AP	4 AP	5	6

AGOSTO

SEG	TER	QUA	QUI	SEX	SAB	DOM
31 AP	1 AP	2 AP	3 AP	4 AP	5	6
7 AP	8 AP	9 AP	10 AP	11 AP	12	13
14 RA	15	16	17	18	19	20
21 RA	22	23	24	25	26	27
28 RA	29	30	31	1	2	3

Reuniões Institucionais

12/06 às 10h – Comitê de Acompanhamento da Revisão do PDDI
12/06 às 14h – Secretarias de Estado
15/06 às 10h – Prefeituras Municipais da RMBH

AP: Audiência Pública
CAP: Convocação AP
P2: Produto 02
P3: Produto 03
P4: Produto 04
P5: Produto 05
P6: Produto 06
P7: Produto 07
P8: Produto 08

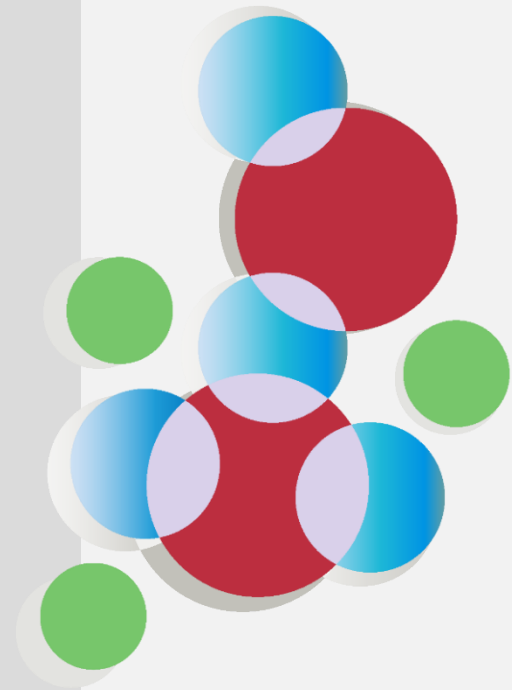
P9: Produto 09
RA: Reunião de Acompanhamento
RE: Relatório de Atividades
EV: Evento de Encerramento
EC: Encerramento

Etapa 01: Diagnóstico

Etapa 02: Proposições

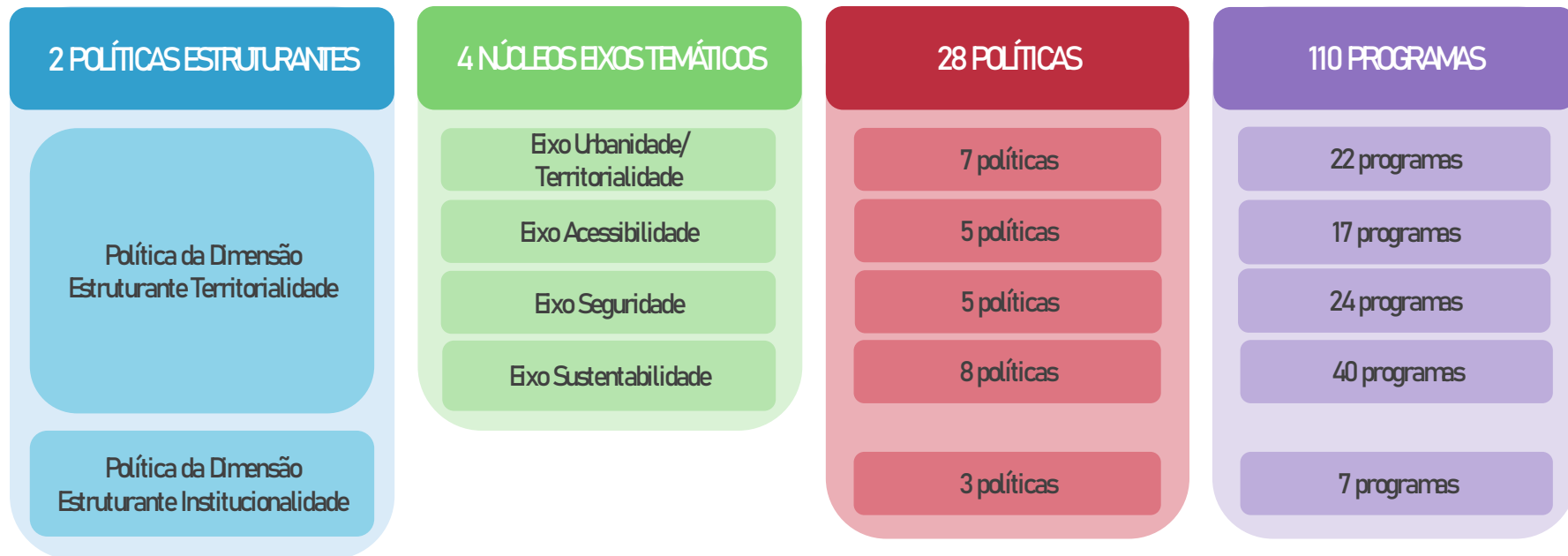
Etapa 03: Encerramento

3. Pressupostos Metodológicos





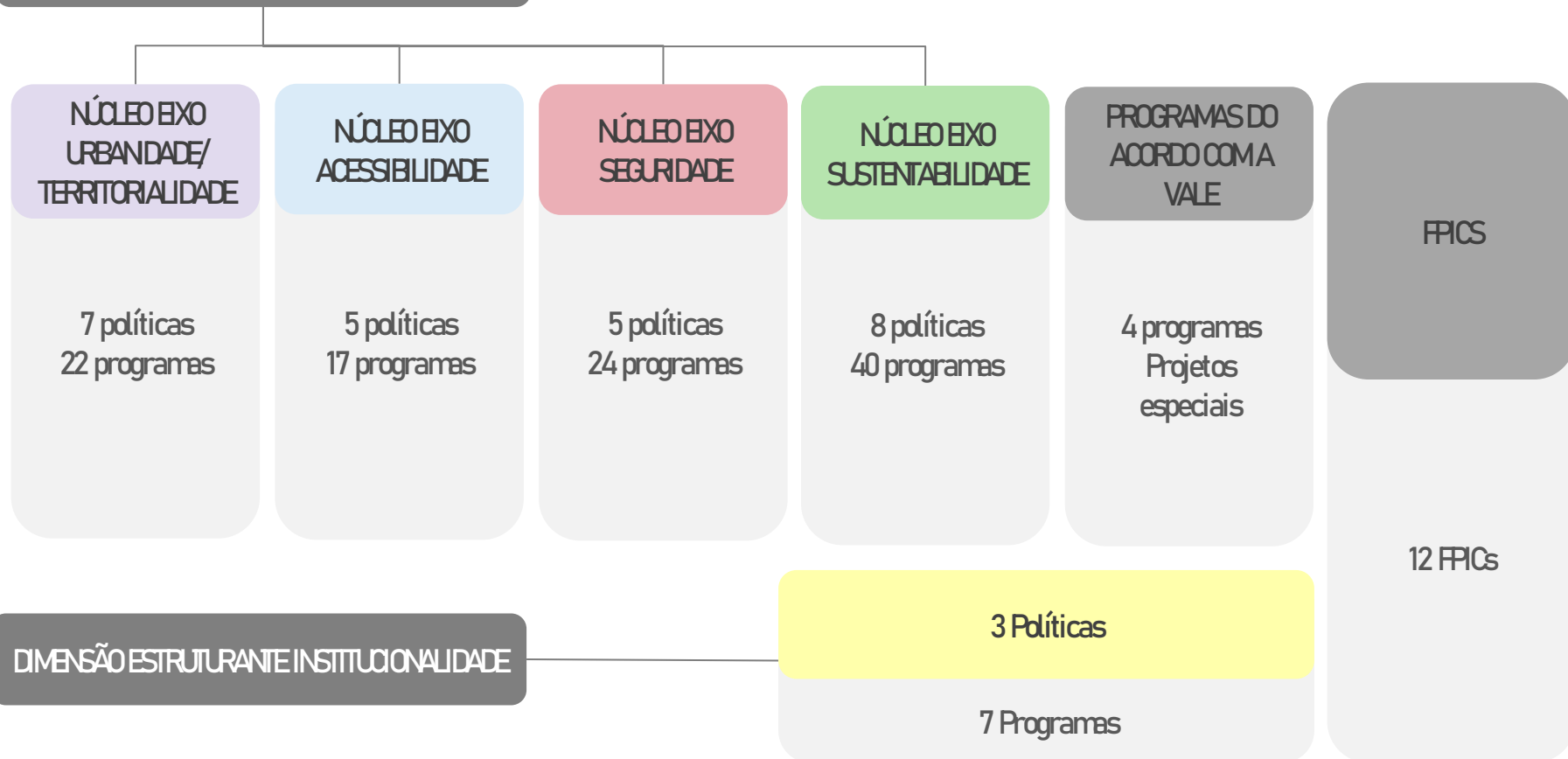
Políticas Estruturantes, Núcleos Exos Temáticos, Políticas Específicas, Programas e FPICs (PDDI 2011)



12 FPICs: Sistema Viário; Transporte Intermunicipal; Habitação; Sistema de Saúde; Desenvolvimento Socioeconômico; Defesa contra sinistro e Defesa civil; Preservação e proteção do meio ambiente; Cartografia e Informações Básicas; Aproveitamento dos recursos hídricos; Saneamento básico; Gás canalizado e Uso do solo metropolitano;



DIMENSÃO ESTRUTURANTE TERRITORIALIDADE



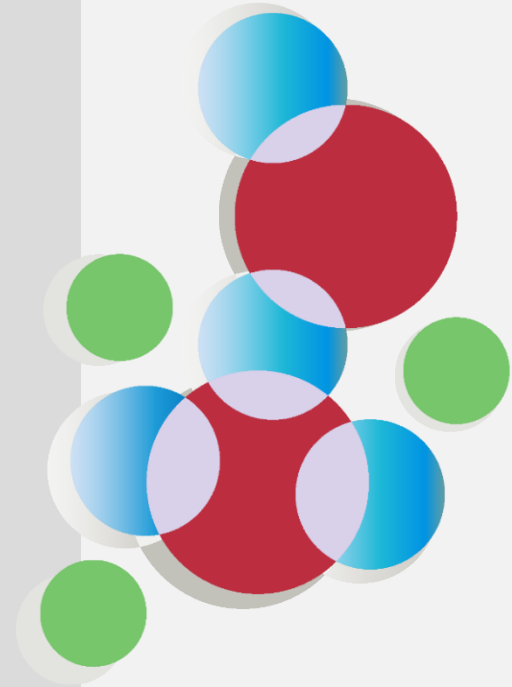


Fichas de Análise

Núcleo Eixo Temático, Política Estruturante, Política, Programa, FPIC, Objetivos gerais e específicos, Projetos e ações relacionadas ao programa e Direcionamentos ao programa (reprodução das informações contidas no PDDI de 2011)

ANÁLISE CRÍTICA		ATUALIZAÇÕES
ANÁLISE CRÍTICA GERAL DO PROGRAMA	ANÁLISE CRÍTICA DA TEMÁTICA E CONTEÚDO DO PROGRAMA	ATUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA E CONTEÚDO DO PROGRAMA
ANÁLISE CRÍTICA OBJETIVOS	ANÁLISE CRÍTICA DA TEMÁTICA E CONTEÚDO DOS OBJETIVOS	ATUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA E CONTEÚDO DOS OBJETIVOS
ANÁLISE CRÍTICA PROJETOS E AÇÕES	ANÁLISE CRÍTICA DA TEMÁTICA E CONTEÚDO DOS PROJETOS E AÇÕES	ATUALIZAÇÃO DA TEMÁTICA E CONTEÚDO DOS PROJETOS E AÇÕES
DEMAIS ATUALIZAÇÕES	DEMAIS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS E ATUALIZAÇÕES	
ADERÊNCIA DO PROGRAMA À FPIC	O programa analisado: 1. tem aderência ao contexto metropolitano (periferização, conurbação, espraiamento da ocupação sobre o município vizinho, compartilhamento de funções) e corresponde a uma das 12 FPICS; 2. tem aderência, tão somente, a um contexto de organização de municípios; 3. tem aderência ao contexto metropolitano (periferização, conurbação, espraiamento da ocupação sobre o município vizinho, compartilhamento de funções) e às prioridades da Governança Interfederativa da RMBH	

4. Síntese Analítica Diagnóstico





- **Principais destaques da FPIC Uso do Solo Metropolitano na RMBH:**
 - Esgotamento de áreas reservadas para novos loteamentos em BH (90% do solo ocupado);
 - Expansão da RMBH para novas áreas e de baixa urbanização;
 - Ocupação do solo na RMBH: tecido urbano fragmentado e conurbação mais intensa na porção Oeste;
 - Condomínios fechados: ainda não regulamentados para a instância metropolitana;
 - Quanto ao patrimônio paisagístico e cultural, muitas das políticas e programas metropolitanos tiveram seus objetivos alcançados, mas sobretudo em função de iniciativas estaduais ou municipais;
 - Esforços metropolitanos voltados à valorização cultural e promoção de atividades criativas não foram viabilizados;



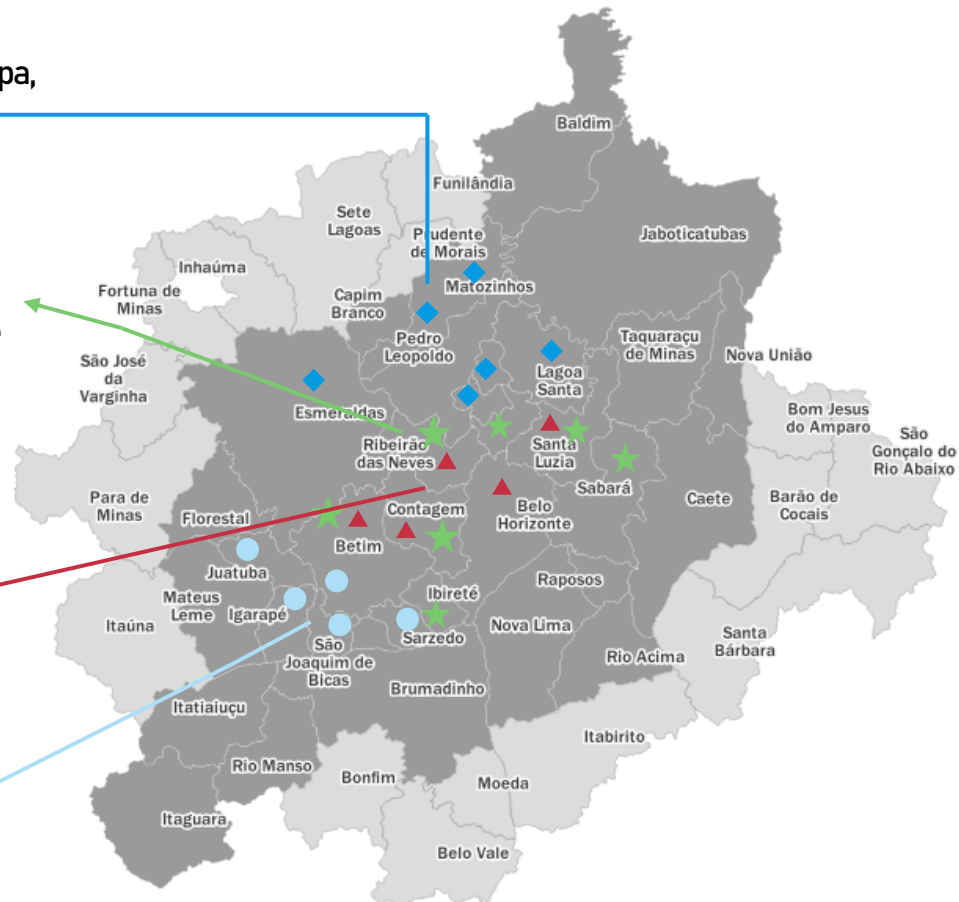
CONURBAÇÃO:

◆ À norte e noroeste de BH, os municípios de Esmeraldas, Pedro Leopoldo, Confins, São José da Lapa, Lagoa Santa e Matozinhos apresentam algumas porções de limites conurbados entre eles;

★ Expressiva conurbação da porção Oeste-Norte de BH, com Contagem, Ribeirão das Neves, Betim, Vespaziano, Ibirité, Santa Luzia e Sabará;

▲ 80% da população metropolitana concentrada em: BH, Betim, Contagem, Santa Luzia e Ribeirão das Neves;

● Certa conurbação de Betim com Sarzedo, São Joaquim de Bicas, Igarapé e Juatuba;





Eixo Noroeste

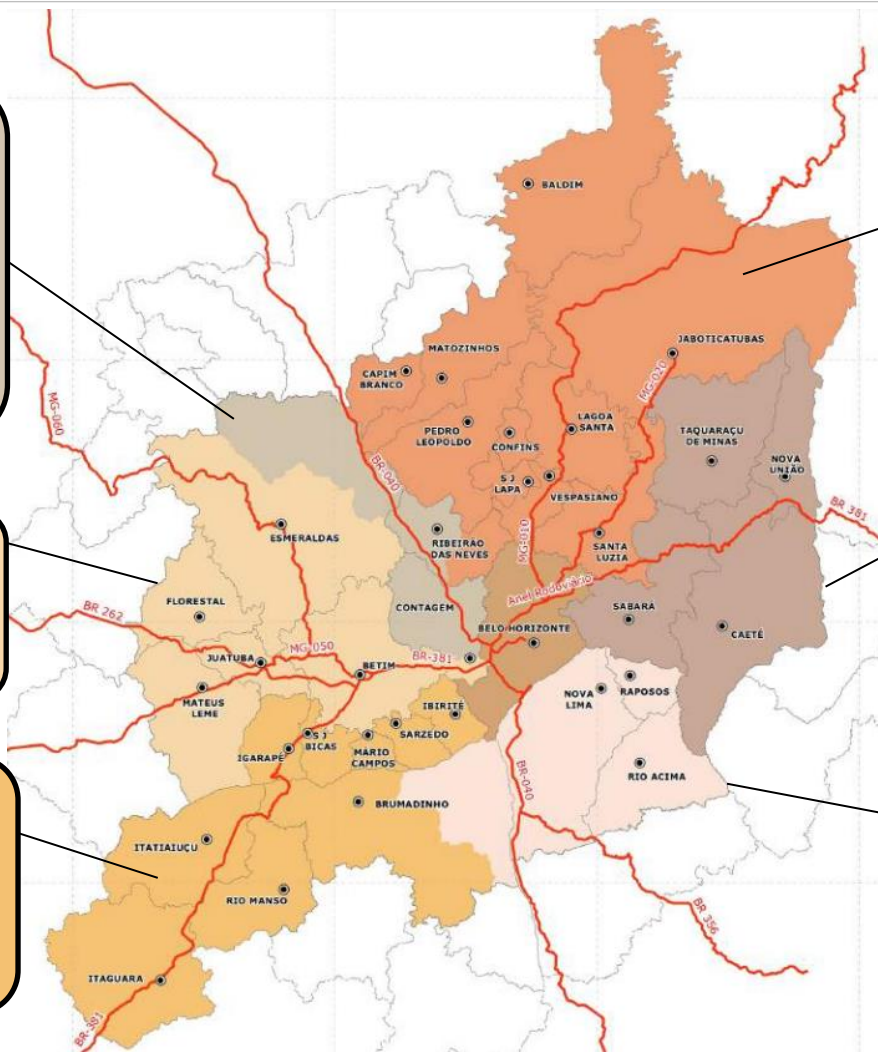
- tendência à **expansão industrial** e logística ao longo da BR-040;
- representativo **número ascendente de assentamentos precários e bairros dormitórios**;
- presença da represa de **Vargem das Flores**, principal recurso hídrico do vetor;
- região bastante **impactada** pelo traçado do proposto **Rodoanel**;
- fortemente **influenciado** pela economia de **Sete Lagoas**;

Eixo Oeste

- potencialização da **degradação ambiental** dos rios **Betim** e da **Vargem das Flores**;
- **incremento** de atividades **agropecuárias**;
- **conurbação mais intensa**;

Eixo Sudoeste

- número expressivo de **assentamentos precários**;
- **degradação** do Rio **Paracoba**;
- Vetor de **menor crescimento** no contexto metropolitano;
- **transbordamento industrial** que ocorre de **Contagem/Betim** até **São Joaquim de Bicas/Igarapé**;



Eixo Norte

- Eixo de **maior desenvolvimento** atualmente;
- **Principal destinatário** dos investimentos estaduais e metropolitanos voltados à **mobilidade**;
- **Concentração** de **cimenteiras**, áreas degradadas, **distritos industriais** e **grandes estruturas privadas** (shopping e condomínios de alto padrão);
- **Expressivo interesse imobiliário** e **tendência à irregularidade** de uso e ocupação do solo;
- **Destaque** para o crescimento de **Lagoa Santa**;

Eixo Leste

- Grandes áreas de **produção agrícola** e áreas de **habitação popular**;
- Muitos **conflitos** em função das **atividades de mineração** e interesses de preservação ambiental (**Bacia do Rio das Velhas**);
- Vetor de **menor integração metropolitana**;
- Previsão de **duplicação** da BR-381 na região;
- Expressiva **tendência à irregularidade**;

Eixo Sul

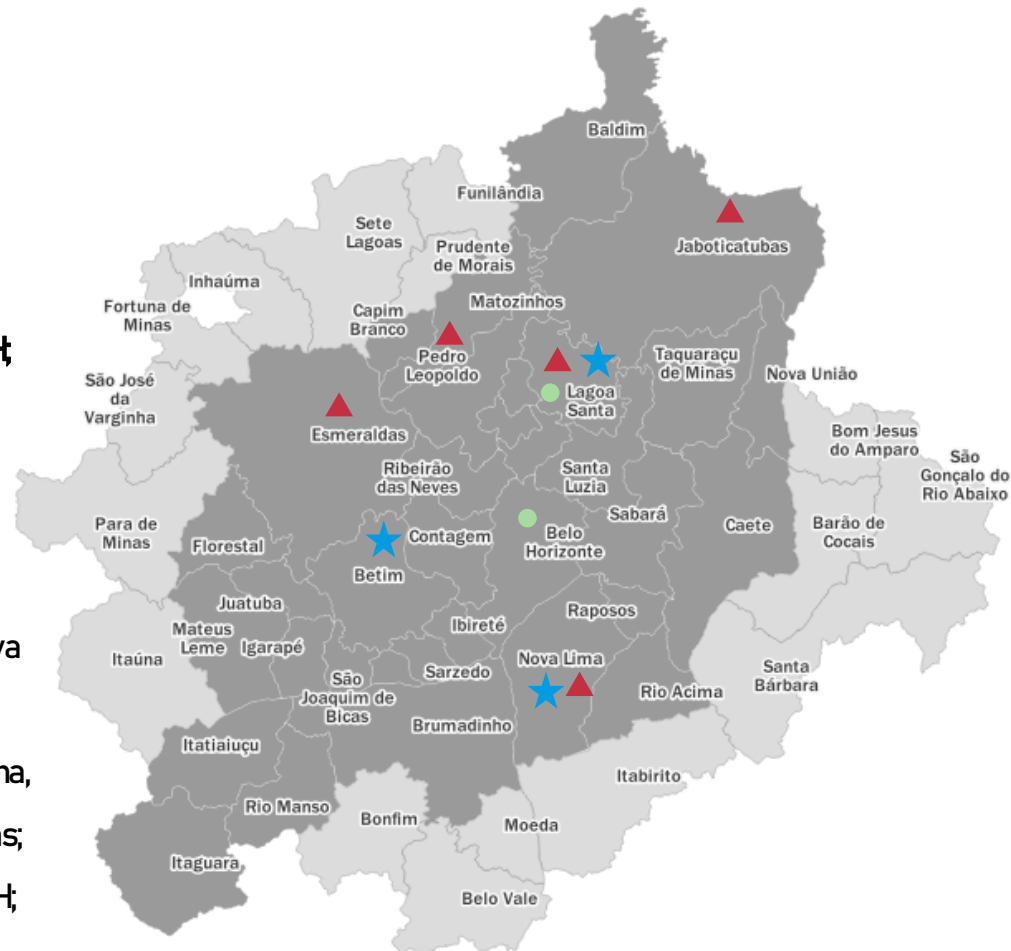
- **nova polarização** do setor **terciário** e de **equipamentos**, atividades produtivas de **alta tecnologia** e **bens de consumo**;
- Incremento de **novos loteamentos** fechados de alta renda, **intercalados** com moradias e ocupação desordenada de **baixa renda**;
- **40%** de seu território **ainda livre de ocupação**;
- Grandes **conflitos** entre a conservação da **Serra da Moeda** e **atividades mineradoras**;
- Sede do **Projeto Csul**;

Atuação da Agência RMBH

- Elaboração de diretrizes metropolitanas;
- **Suporte técnico aos municípios;**
- **Fiscalização e regulação do solo metropolitano;**
- **Licenciamento Urbanístico;**
- * **Necessária ampliação do quadro técnico da Agência RMBH;**

Em 2022, conforme dados da Agência RMBH,
maior incidência de:

- ★ - **Novos parcelamentos em:** Lagoa Santa, Nova Lima e Betim.
- ▲ - **Diretrizes conjuntas:** Lagoa Santa, Nova Lima, Pedro Leopoldo, Esmeraldas e Jaboticatubas;
- - **Diretrizes metropolitanas:** Lagoa Santa e BH;

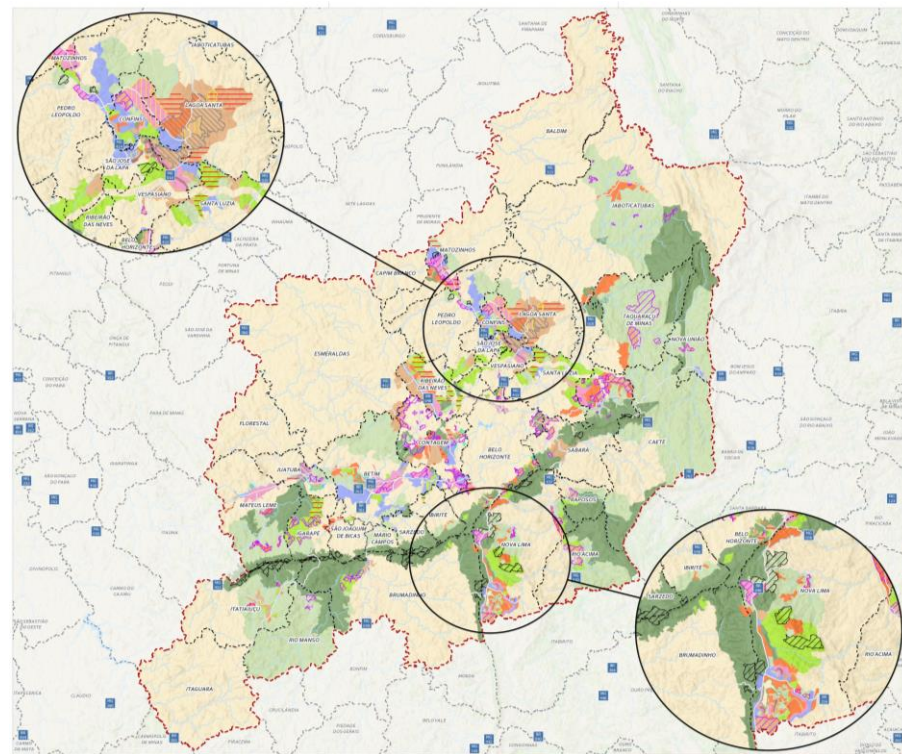


FPIC de Uso do Solo Metropolitano



Algumas problemáticas relacionadas ao macrozoneamento da RMBH

- Diversos compartimentos regidos legalmente, mas não espacializados;
- Sobreposições de conceitos espacializáveis;
- Necessidade de melhor definição das áreas prioritárias para aplicação de políticas públicas e gestão voltadas à habitação de interesse social e à regularização fundiária;
- Necessidade de atualização tendo em vista as novas normativas federais e estaduais ambientais;
- Necessidade de atualização a partir do trabalho agora disponível que avalia a zona de influência do aeroporto Tancredo Neves.
- *A despeito de tais sugestões e atualizações que aqui se considera necessárias, vale lembrar que o intenso processo participativo adotado para a definição do presente MZ-RMBH sugere a manutenção de suas diretrizes básicas, procedendo-se a pequenas alterações, apenas;





INSTÂNCIAS

- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede
- Conselho Estadual de Des. Regional e Política Urbana – Conedru
- Agência RMBH
- Gerência de Apoio à Ordenação Territorial

ATRIBUIÇÕES

- **Planejamento, assessoramento e regulação** da expansão urbana e emissão de diretrizes para o **solo urbano**;
- **Fiscalização** do cumprimento das normas e diretrizes de **parcelamento do solo metropolitano** para fins urbanos e em áreas de interesse especial ou limítrofes de município do Colar Metropolitano ou em áreas do Colar que pertençam a mais de um município, **sem prejuízo das competências municipais.**

INSTRUMENTOS

- Controle e Anuência Prévia de parcelamento do solo urbano
- Regularização Fundiária
- Fiscalizações
- Normatizações
- Multas
- zoneamentos
- Diretrizes Urbanísticas
- FDM
- Perímetro Urbano
- Áreas de proteção especiais
- Áreas de proteção do patrimônio Cultural
- PDDI
- PDMs

MECANISMOS DE GOVERNANÇA

- Convênios
- Procedimentos administrativos compartilhados
- Apoio Técnico da Agência RMBH aos municípios

MARCO LEGAL INSTITUCIONAL

- Decreto 47.785/2019
- Decreto 47.930/2020
- Decreto 48.254/2021



- **Principais destaques da FPIC Sistema Viário na RMBH**
 - **Falta uma hierarquia viária de âmbito metropolitano;**
 - **Muitos projetos estruturantes (Rodoanel, Corredores BRT, Corredores BRS, entre outros) não são integrados em uma rede metropolitana intermodal hierarquizada;**
 - **Configuração da malha viária não prioriza os modos não motorizados e o de transporte coletivo, favorecendo o transporte individual;**
 - **Conflito entre a circulação do transporte coletivo, do transporte individual e do transporte de cargas;**
 - **Desarticulação da configuração do planejamento, implantação, operação e manutenção da rede metropolitana intermodal;**
 - **Conflitos na gestão dos componentes do sistema viário, especialmente na formulação e implementação de planos, programas e projetos para o setor, considerando as diversas escalas das instâncias de governança (federal, estadual, metropolitana e municipal);**

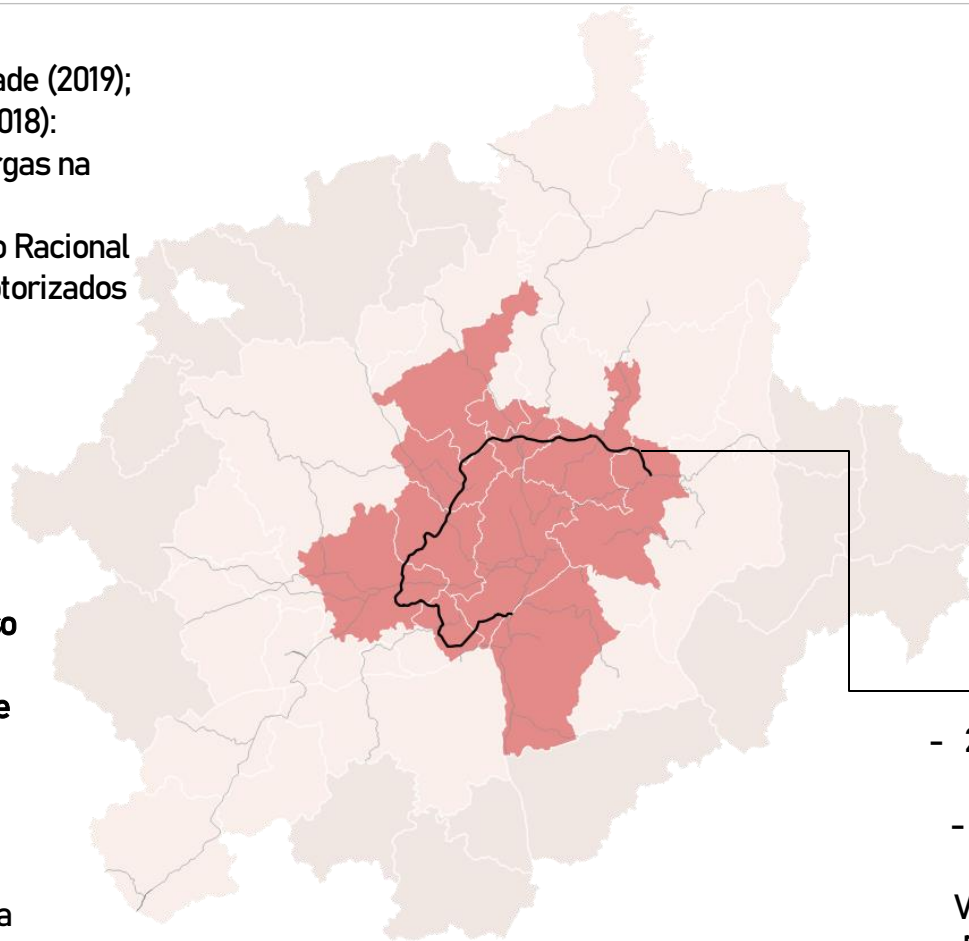


Arranjo institucional

- Criação do Escritório de Mobilidade (2019);
- Plano de Mobilidade da RMBH (2018):
 - Plano de Logística de Cargas na RMBH;
 - Plano de Incentivo ao Uso Racional dos Modos Individuais Motorizados e Planejamento Viário Metropolitano (2022);
- Plano de Mobilidade Ativa da RMBH (2022);

Plano de Incentivo ao Uso Racional dos Modos Individuais Motorizados e Planejamento Viário Metropolitano (2022)

- Definição de Plano Viário para RMBH, porém, sem hierarquia viária



Rodoanel

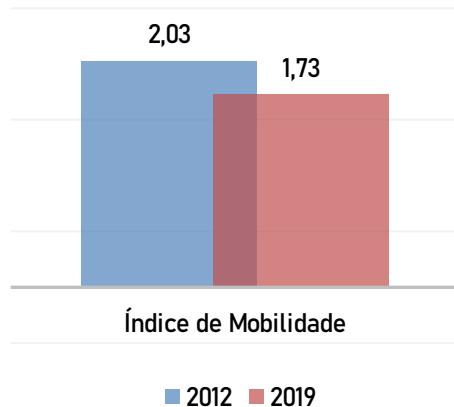
- 2023: Assinatura do contrato de concessão;
- Municípios sobre os quais incide: Sabará, Santa Luzia, Vespasiano, São José da Lapa, Pedro Leopoldo, Ribeirão das Neves, Contagem, Betim, Belo Horizonte, Ibirité e Nova Lima



- Principais destaques da FPIC Transporte Intermunicipal na RMBH
 - O transporte coletivo intermunicipal não é configurado como indutor de ocupação, para o Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Sustentável – DOTS;
 - **Não se verifica** o estabelecimento do processo de medidas de natureza físico-operacional, tarifária e institucional para **articular e racionalizar os serviços de transporte público coletivo**, tanto a nível metropolitano como no âmbito dos diversos municípios;
 - **Conflito** entre a **circulação** do transporte coletivo, do transporte individual e do transporte de cargas;
 - **Desarticulação** da configuração do planejamento, implantação, operação e manutenção da rede metropolitana intermodal;
 - **Conflitos** nos aspectos relacionados à **gestão**, especialmente na formulação e implementação de planos, programas e projetos para o setor, considerando as diversas escalas das instâncias de governança (federal, estadual, metropolitana e municipal);



Deslocamentos - Pesquisas de Origem Destino:



- Municípios com maior número de viagens por habitante (2019): Belo Horizonte, Brumadinho e Confins;
- Municípios com os menores números de viagens por habitante (2019): Florestal, Baldim, Taquaraçu de Minas, Nova União e Capim Branco, com mais de um terço da população sem registro de viagens em um dia padrão;

- Entre 2012 e 2019: queda no índice de mobilidade, ou seja, no número de viagens por habitante. Embora esse resultado possa ser reflexo da diferença de método entre as pesquisas, ele também pode demonstrar um aumento parcial da imobilidade na população da RMBH.
- Em 2019: a maioria das viagens tem menos de 1 hora de duração, com proporções parecidas para cada par de motivo origem-destino, sendo o par domicílio - outros e vice-versa o motivo para o maior número de viagens.

Plano Metropolitano de Transporte Coletivo (2022):

- 51 projetos prioritários ranqueados.
- Os 10 projetos com maior prioridade estão no polo e seu entorno imediato:

- #1 Contagem, Belo Horizonte
- #2 Belo Horizonte
- #3 Ibirité, Belo Horizonte, Ribeirão das Neves
- #4 Belo Horizonte
- #5 Betim, Contagem, Belo Horizonte, Nova Lima
- #6 Belo Horizonte, Santa Luzia
- #7 Belo Horizonte
- #8 Belo Horizonte, Ribeirão das Neves
- #9 Contagem
- #10 Contagem



Segundo o ranking, o projeto prioritário para o transporte coletivo da RMBH é a expansão da Linha 1 do Metrô (trecho Eldorado/Novo Eldorado)

- Dentre os 10 projetos prioritários, os principais modos de transporte coletivo citados foram:



INSTÂNCIAS

- Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – SEINFRA
- Conselho do Transporte Coletivo Intermunicipal e Metropolitano - CT
- Subsecretaria de Transportes e Mobilidade
 - Superintendência de Transporte Intermunicipal e Metropolitano
 - Diretoria de Gestão do Transporte Metropolitano
 - Diretoria de Gestão do Transporte Intermunicipal
- Departamento de Estradas e Rodagem

ATRIBUIÇÕES

- Planejar, coordenar, dirigir, executar, regular, controlar e avaliar ações relativas à estrutura operacional de **Transporte Intermunicipal de Passageiros – TIP – e de Transporte Metropolitano – TM.**
- Instruir processos, orientar e aplicar pesquisas, gerenciar estudos tarifários, supervisionar especificações técnicas de **projetos básicos para licitação de TIP e TM.**
- Desenvolver estudos de viabilidade, projetos básicos, ordens de serviço, tabelas de **tarifas**, banco de dados, **rotas alternativas** e desvios emergenciais, analisar propostas de **implantação e alterações de linhas.**
- **Controlar e Fiscalizar o TIP (transporte intermunicipal de passageiros). Executar e coordenar vistorias dos veículos do TPI e o TM.**

INSTRUMENTOS

- Concessões
- Delegações
- Permissões
- Estudos tarifários
- Diretrizes
- Planos
- Tabelas tarifárias
- Regulamentos
- Fiscalizações
- Obras de Engenharia
- Controle das áreas de domínio
- Classificação das rodovias

MECANISMOS DE GOVERNANÇA

- Convênios com órgãos municipais para ações de fiscalização

MARCO LEGAL INSTITUCIONAL

- Decreto 47767/2019
- Decreto 47839/2020
- Decreto 44603/2007



- Principais destaques da FPIC Habitação na RMBH
 - Ainda que os dados relativos ao **déficit habitacional** na área urbana sigam preocupantes, demandando por políticas metropolitanas específicas, a **posição da RMBH é positiva em relação às demais RMs brasileiras;**
 - **A construção cooperativa não logrou êxito na RMBH**, em função de aspectos econômicos, fragilidades jurídicas, alta dependência de políticas públicas e financiamentos federais e estaduais;
 - **Forte, presente e importante atuação da Agência RMBH e SEDE no suporte técnico e capacitação das equipes municipais;**
 - **Reduzida capacidade estratégica de gestão metropolitana em questões relacionadas à habitação social e regularização fundiária**, uma vez que os conceitos contidos no **Macrozoneamento Regional** referentes à estes temas correspondem à **escala municipal;**
 - **A RMBH carece de levantamento fundiário metropolitano para nortear diretrizes e ações estratégicas voltadas à habitação social e regularização fundiária.**



- **Principais destaques da FPIC Habitação na RMBH**

- **Concentração de famílias** de baixa renda na RMH e seu Colar se dá em suas bordas mais extremas, a **leste e a oeste**;
- Os municípios com **maior demanda habitacional** são: Nova União, Taquaraçu de Minas, Baldim, Jaboticatubas, Esmeraldas, São Joaquim de Bicas, Juatuba e Mateus Leme (RMBH); Funilândia, Inhaúma, Bonfim, Moeda, Bom Jesus do Amparo, São Gonçalo do Rio Abaixo, Belo Vale, Santa Bárbara (Colar Metropolitano).
- Dentre **principais iniciativas recentes**: **Urbanização de favelas e revitalização** do Arrudas/Tereza Cristina; **Programa Minas Reurb (2021)**: Regularização fundiária e titulação de 11 mil famílias, em Santa Luzia, Lagoa Santa e Esmeraldas; **Requalificação urbana e ambiental** de cheias do córrego Ferrugem;

Dos 34 municípios da RMBH

- Apenas Nova Lima possui secretaria com temática única;
- Betim, Contagem e Santa Luzia possuem secretaria de habitação junto de outras temáticas;
- Os demais municípios não possuem secretaria de habitação;
- **A Agência RMBH e SEDE prestam apoio técnico** às prefeituras, em especial: Baldim, Caeté, Capim Branco, Confins, Esmeraldas, Igarapé, Florestal, Itatiaiuçu, Itaguara, Jaboticatubas, Juatuba, Mário Campos, Matozinhos, Mateus Leme, Nova União, Pedro Leopoldo, Raposos, Rio Acima, Rio Manso, São José da Lapa, Sarzedo, Vespasiano.



Eixo Noroeste

- Representativo número ascendente de assentamentos precários e bairros dormitórios;

Centro

- Execução de ações voltadas à requalificação urbana e ambiental e controle de cheias do córrego Ferrugem;

Eixo Sudoeste

- Concentração de assentamentos precários;

Eixo Norte

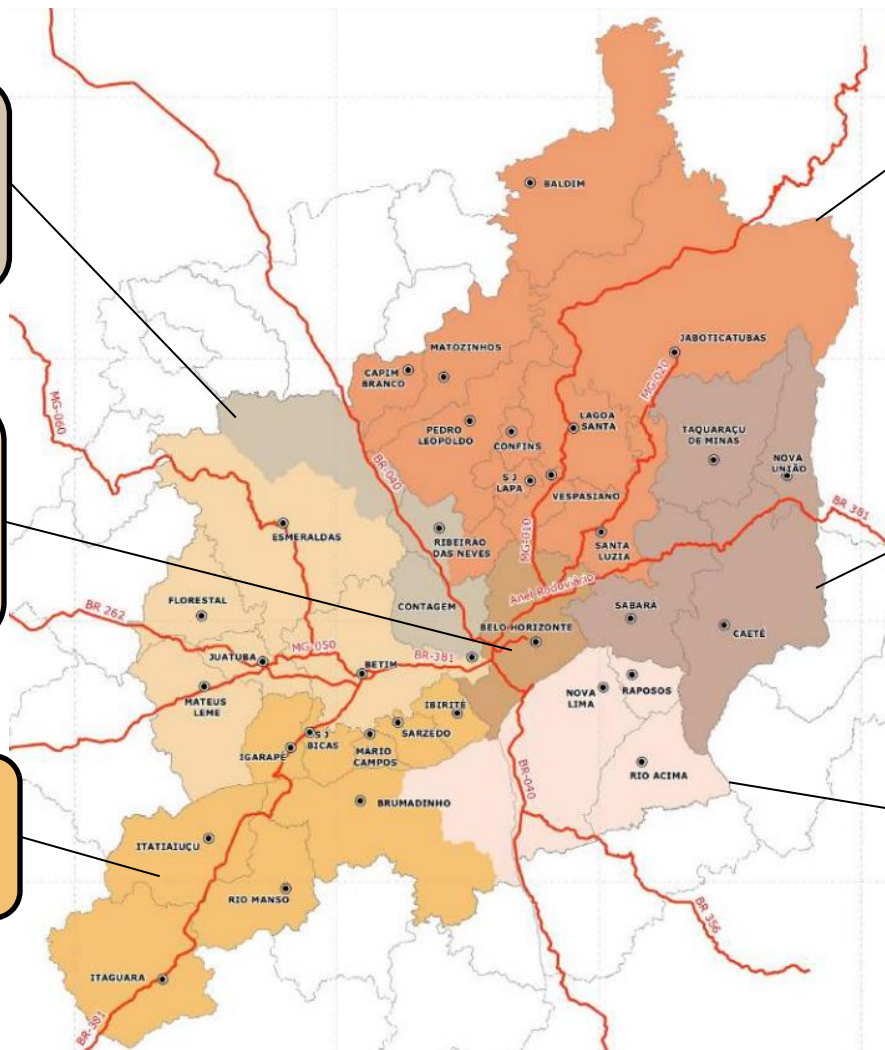
- Expressivo interesse imobiliário e tendência à irregularidade de uso e ocupação do solo;

Eixo Leste

- Concentração de unidades de Habitação de Interesse Social;

Eixo Sul

- Incremento de novos loteamentos fechados de alta renda, intercalados com moradias e ocupação desordenada de baixa renda;





INSTÂNCIAS

- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - Sedese
 - Superintendência de Integração e Segurança Alimentar e Nutricional
 - Diretoria de Promoção de Política Habitacional
 - Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais – COHAB-Minas Gerais
 - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede
 - Agência RMBH
 - Fundação João Pinheiro

ATRIBUIÇÕES

Formular, planejar, dirigir, executar, controlar e avaliar as ações setoriais da **política de habitação** do Estado de Minas Gerais. Elaborar e revisar o **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social**. Desenvolver **estratégias** para a **redução do déficit habitacional**.

Definir critérios para **eleição de áreas e públicos prioritários**. **Integrar estratégias de política urbana e uso e ocupação do solo** quando destinados à habitação de interesse social. **Estimular a implementação de infraestrutura** de saneamento, energia elétrica e outros bens e serviços para **melhoria das condições de habitação**.

Promover a regularização fundiária e assegurar política de habitação social para população em situação de rua.

Conduzir estudos sobre déficit habitacional.

INSTRUMENTOS

- Fundo Estadual de Habitação – FEH.

Mecanismos de Governança

- Iniciativa do órgão estadual competente
- Parcerias interfederativas
- Parceria com associações e cooperativas autogestionárias

Marco Legal Institucional

- Lei 3.403/1965
- Lei 18.315/2009
- Decreto 47.761/2019
- Estatuto Cohab-Minas
- Decreto 47.877/2020
- Lei 20.846/2013
- Decreto 44.144/2005

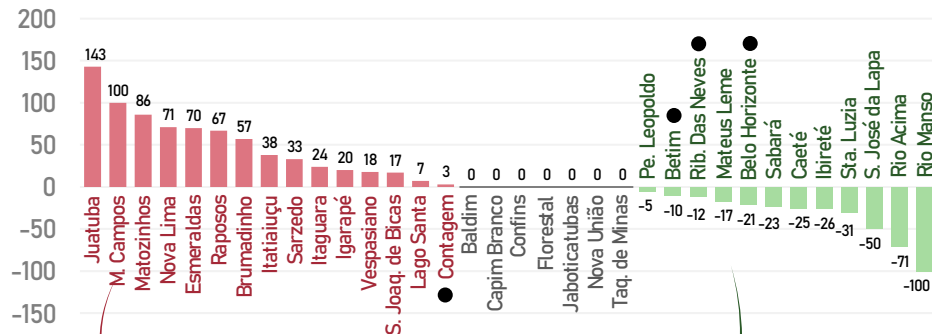


- **Principais destaques da FPIC Sistema de Saúde na RMBH**
 - Expressiva discrepância entre os municípios na análise dos indicadores de saúde, como taxa de mortalidade infantil e de esperança de vida ao nascer;
 - Na RMBH, está concentrada a maior parte da população de rua do Estado de Minas Gerais;
 - Relevância dos Consórcios Municipais de Saúde (que extrapolam os limites territoriais da RMBH);
 - Belo Horizonte apresentou uma redução tanto no número geral de pessoas em situação de rua quanto no número de crianças em situação de rua, apontando para a efetividade de estratégias implementadas;
 - A média da expectativa de vida na RMBH é de 75 anos;
 - A taxa de mortalidade infantil na RMBH é bastante diversa entre os municípios;



Pessoas em situação de rua

Varição de pessoas em situação de rua entre 2019 e 2021

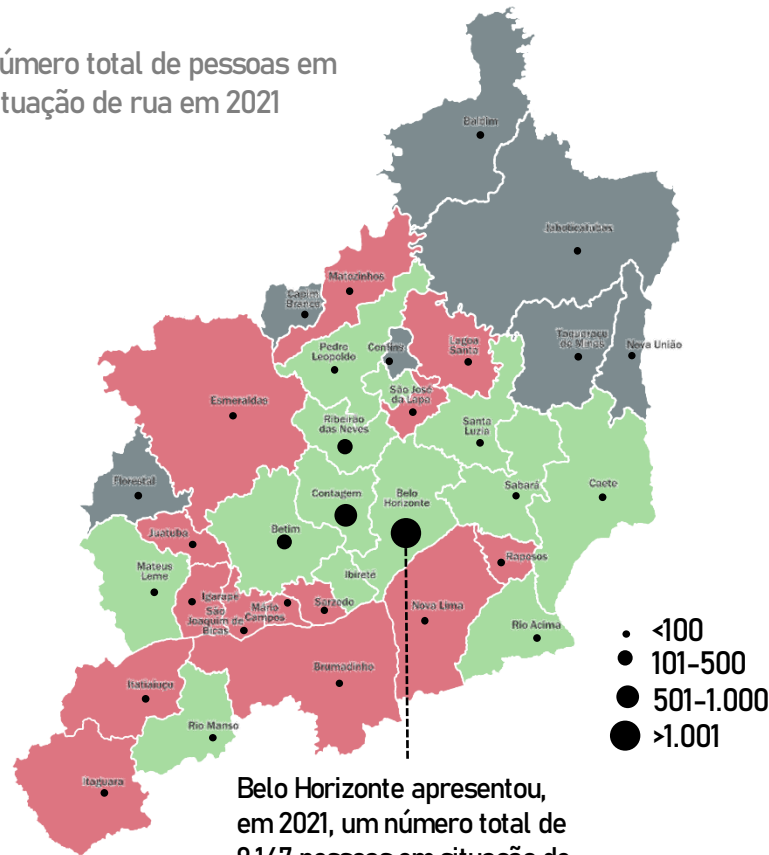


Aumento no número de adultos em situação de rua em Juatuba, Mário Campos e Matozinhos.

Redução no número de adultos em situação de rua em Belo Horizonte.

Grande crescimento no número de crianças em situação de rua em Vespasiano e Betim.

Número total de pessoas em situação de rua em 2021



Belo Horizonte apresentou, em 2021, um número total de 9.147 pessoas em situação de rua, correspondendo ao município de maior expressividade na RMBH.

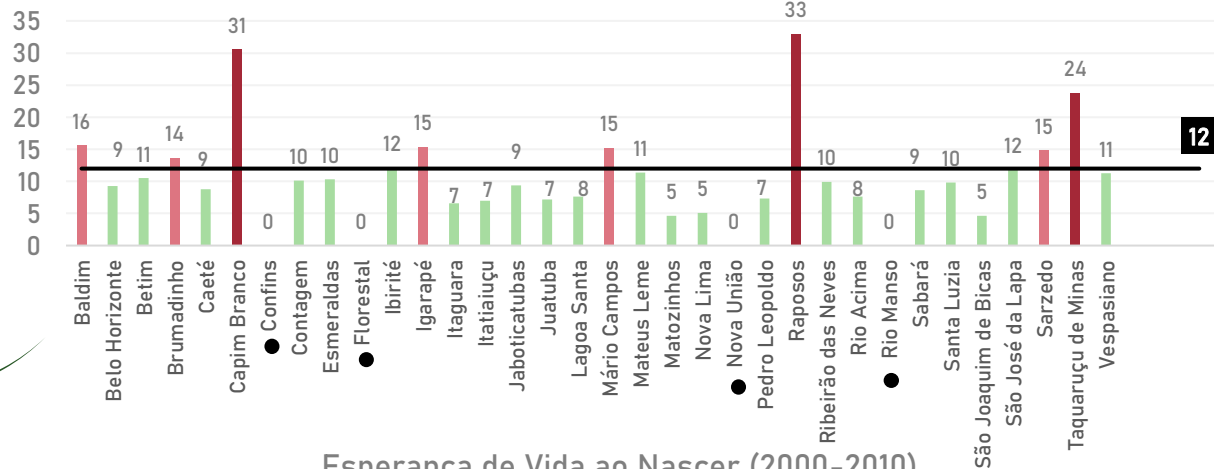


Taxa de mortalidade infantil

Municípios abaixo da meta estabelecida pela ONU (2020): Raposos, Capim Branco e Taquaraçu de Minas

Municípios com média próxima a zero, comparada à média estabelecida pela ONU (2020): Confins, Florestal, Nova União e Rio Manso

Taxa Mortalidade Infantil 2020 (óbitos/mil nascidos vivos)



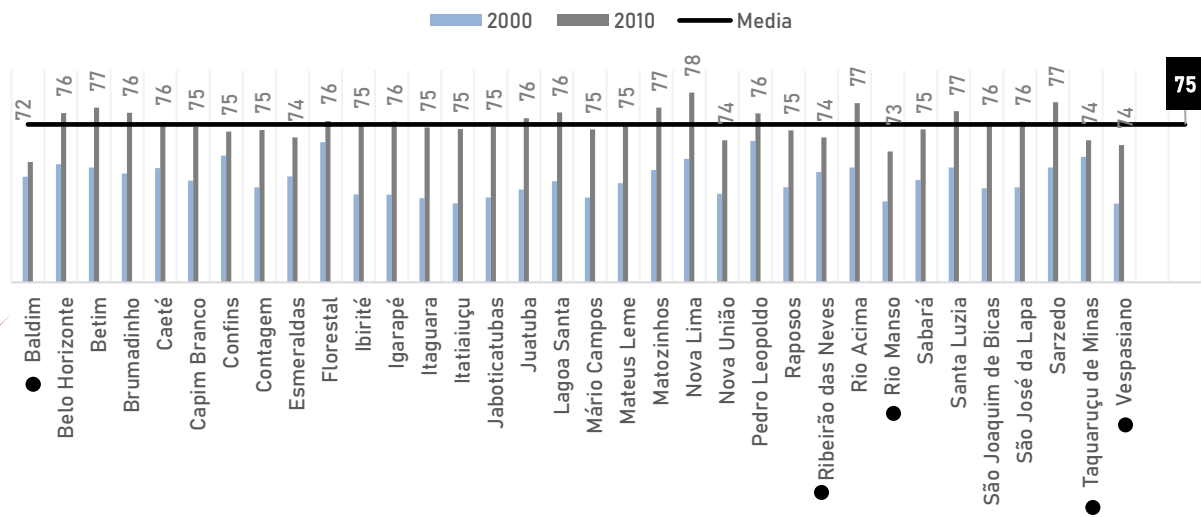
Esperança de vida ao nascer

Quando comparado aos estados de SP e RJ, MG apresenta, uma esperança de vida ao nascer superior de 2,61 e 4,63 anos, respectivamente (2021).

A média geral dos municípios da RMBH é de 75 anos.

Municípios abaixo da média: Baldim, Ribeirão das Neves, Rio Manso, Taquaraçu de Minas e Vespasiano.

Esperança de Vida ao Nascer (2000-2010)





INSTÂNCIAS

- Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais – SES
- Subsecretarias
 - Superintendências
 - Diretorias
- Conselho Estadual de Saúde – CES
- Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG
- Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Minas Gerais – Hemominas;
- Fundação Ezequiel Dias – Funed;
- Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Fhemig.

ATRIBUIÇÕES

Formular, regular e fomentar as políticas de saúde pública no Estado, atuando em cooperação com os demais entes federados na prevenção, promoção, preservação e recuperação da saúde da população;

Gerenciar, coordenar, controlar e avaliar as políticas do **Sistema Único de Saúde – SUS – no Estado**;

Promover e coordenar o processo de **regionalização e descentralização dos serviços e ações de saúde**;

Fomentar o processo de organização e implantação das redes de atenção à saúde do SUS no Estado;

INSTRUMENTOS

- Planos de gestão de saúde
- Campanhas
- Medidas de vigilância sanitária
- Infraestrutura de atendimento hospitalar e ambulatorial

MECANISMOS DE GOVERNANÇA

- Consórcios Intermunicipais de Saúde
- Campanhas interfederativa
- Apoio técnico a municípios

MARCO LEGAL INSTITUCIONAL

- Lei 8080/1990
- Decreto nº 47769/2019



- **Principais destaques da FPIC Desenvolvimento Socioeconômico na RMBH**
 - Persistência de elevados níveis de vulnerabilidade social na metrópole (2012–2021);
 - Demanda por políticas públicas que incentivem a produção cultural e criativa;
 - Desequilíbrio entre impactos positivos trazidos pela componente econômica da atividade de mineração e os impactos negativos ambientais e socioculturais decorrentes;
 - Necessidade de atualização de todo o arcabouço legal para a gestão dos territórios minerários;
 - Demanda por dados atualizados sobre projetos estruturantes (inclusive os propostos e implementados no âmbito do PDDI);
 - Maior presença dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável na agenda de políticas públicas;



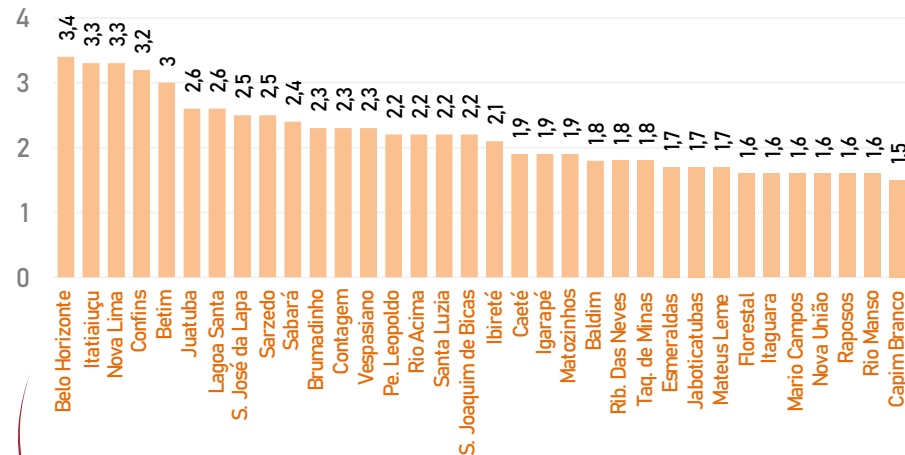
Emprego e Renda

Destaque de Belo Horizonte para maior população ocupada da RMBH concentração de oportunidades de emprego e capacidade de atração de trabalhadores

Municípios com taxa de ocupação da população relativamente baixa: Santa Luzia, Ribeirão das Neves, Ibirité, Taquaraçu de Minas, Sabará e Vespasiano;

Menor oferta de empregos e dificuldades de inserção no mercado de trabalho nessas localidades;

Salário Médio Mensal dos Trabalhadores Formais (2020)



Municípios com salários médios mensais inferiores à média regional: Capim Branco, Rio Manso, Mário Campos, Nova União, Raposos, Florestal, Jaboticatubas, Esmeraldas, Taquaraçu de Minas, Ribeirão das Neves, Baldim, Caeté, Ibirité, Santa Luzia.

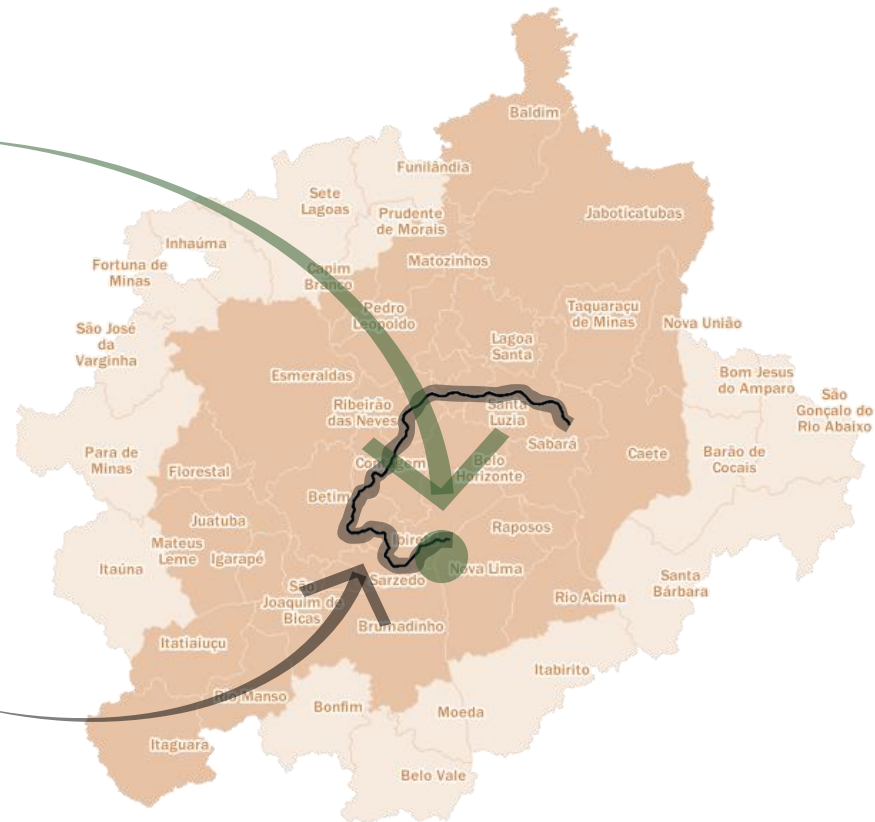


Atividades Minerárias

- Tensões decorrentes da **expansão da indústria extrativa mineral na Serra do Curral**;
- **Relevância na geração de empregos diretos e indiretos e nas oportunidades de negócio em toda cadeia produtiva**;
- **Propicia valores agregados, arrecadações e compensações financeiras, principalmente no Quadrilátero Ferrífero na Região de Belo Horizonte**;
- Relevância na proposta existente para constituição do **Geoparque do Quadrilátero Ferrífero**.

Impacto nas Infraestruturas de Transporte e Logística

- **Estrangulamento do Anel Rodoviário Celso Mello Azevedo**;
- **Possíveis reconfigurações espaciais com a implantação do Rodoanel**.





INSTÂNCIAS

- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – Sede
- Subsecretaria de Investimentos e Cadeias Produtivas
- Subsecretaria de Desenvolvimento Regional
- Subsecretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação

ATRIBUIÇÕES

Planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as ações de **política de desenvolvimento econômico**;

Promover parcerias e cooperações nacionais e internacionais;

Promover mecanismos de **desestatização**;

Políticas de ciência, tecnologia e inovação;

Fomento à **P&D**, ao ecossistema de **inovação**, à aplicação de **conhecimento científico**, ao fortalecimento de **cadeias produtivas**, à atração de **investimentos**, e ao estímulo à **exportação**, às **políticas minerária e energética** e de **infraestrutura logística**, às ações e fomento ao **empreendedorismo**, incluindo de pequeno, de médio porte e às iniciativas de artesãos, ao desenvolvimento de **arranjos produtivos locais, etc.**

INSTRUMENTOS

- Ações de fomento
- Incentivos Fiscais
- Incentivos Financeiros
- Incentivos Creditícios
- Planos Regionais de Desenvolvimento
- Investimentos diretos

MECANISMOS DE GOVERNANÇA

- Convênios
- Ações Consorciadas

MARCO LEGAL INSTITUCIONAL

- Decreto 47.785/2019



- **Principais destaques da FPIC Defesa Contra Sinistro e Defesa Civil na RMBH**
 - Dificuldades de caráter institucional para sua plena efetivação;
 - Existência do planejamento e execução de ações integradas entre Estado e Municípios por meio da Defesa Civil Estadual;
 - Necessidade de ampliar a articulação entre os diversos atores envolvidos no Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e na Defesa Contra Sinistros – o recorte metropolitano difere do SINDPEC;
 - A educação ambiental encontra-se dispersa no bojo de vários programas e ações que não se constituem exclusivamente metropolitanos;
 - Carência de planejamento e infraestrutura para manejo das águas pluviais;
 - Falta de informações e de comprometimento dos municípios nas ações focadas em Segurança Pública.



Principais destaques da FPIC Defesa Contra Sinistro e

Defesa Civil na RMBH:

- Cerca de 39% dos municípios da RMBH possuem Cadastro Técnico de Obras Lineares;
- Apenas 5 municípios declararam possuir sistemas de **alertas de riscos hidrológicos**;
- Apenas 7 municípios declaram possuir **cadastro de inundações**;
- Apenas 13 municípios possuem **mapeamento parcial ou integral das áreas de risco**;
- No âmbito da segurança, **faltam dados e há uma inadequação dos indicadores metropolitanos**.

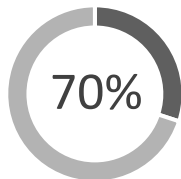


Participação na Campanha Construindo Cidades Resilientes (2010/2020) dos municípios de Contagem, Confins, Raposos, Itaguara, Betim, Vespasiano, Mateus Leme, Brumadinho e Belo Horizonte.

● Municípios que participaram da Campanha Construindo Cidades Resilientes (2010/2020).



Riscos



- Cerca de 70% da RMBH e seu colar encontram-se vulneráveis às condições climáticas de acordo com o Índice Mineiro de Vulnerabilidade Climática;
- Baixas taxas de cobertura de redes pluviais em diversos municípios da RMBH e do Colar Metropolitano;
- Manejo das águas pluviais: há onze municípios, incluindo BH, em situação crítica



Há barragens com risco de situação de descontrole e ruptura em municípios como Barão de Cocais, Itatiaiuçu, Rio Acima e Brumadinho.



● Municípios com risco de situação de descontrole e ruptura de barragens.

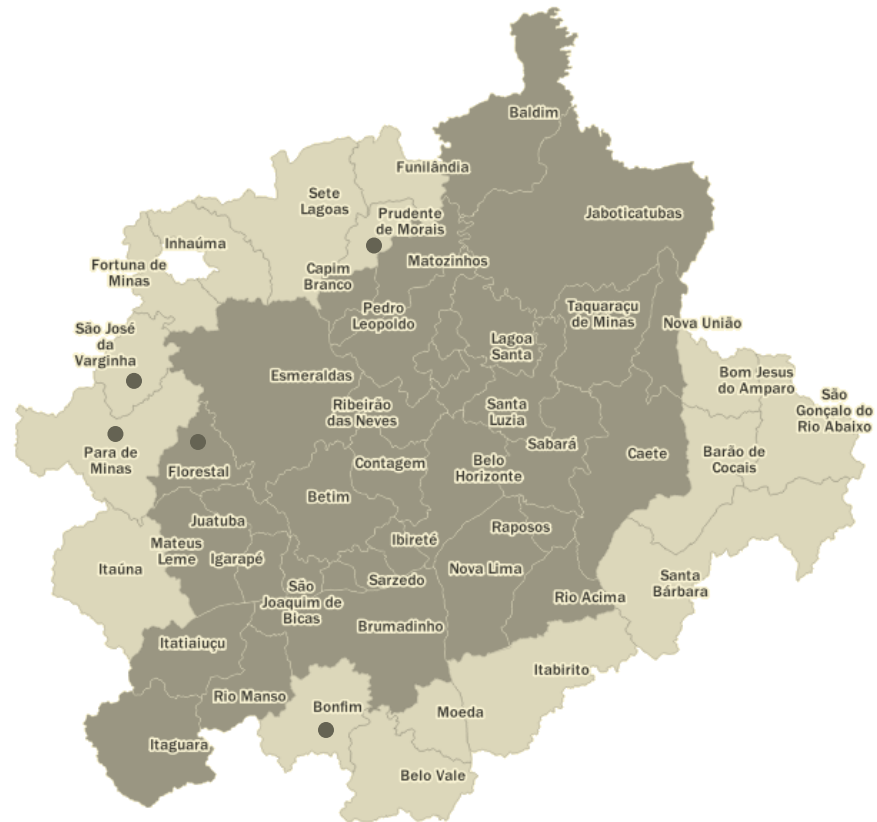


Planos Setoriais

- Apenas 12 municípios contam com Planos Municipais de Redução de Riscos;
- Apenas 26% dos municípios possui Planos Diretores de Manejo de Águas Pluviais.

Institucional

- Municípios de Florestal, Bonfim, Pará de Minas, São José da Varginha e Prudente de Moraes não possuem Coordenadorias Municipais de Proteção da Defesa Civil;
- No âmbito da segurança, não foi identificada a implementação do Gabinete de Gestão Integrada de Segurança Pública da RMBH;



● Municípios que não possuem Coordenadorias Municipais de Proteção da Defesa Civil.



INSTÂNCIAS

- Gabinete Militar do Governador
 - Coordenadoria Estadual Adjunta de Defesa Civil
 - Superintendência de Gestão de Risco de Desastre
 - Dir. de Redução de Risco de Desastre
 - Dir. de Edu. em Proteção e Defesa Civil
 - Superintendência de Gestão de Desastre
 - Diretoria de Resposta a Desastre
 - Diretoria de Logística e Suprimentos

ATRIBUIÇÕES

Planejamento e coordenação da defesa civil de Minas Gerais.

Convocação de entidades estaduais para colaboração.

Solicitação de cooperação com órgãos e entidades de diferentes esferas, mantendo intercâmbio com órgãos de defesa civil em diferentes esferas.

Elaboração de relatórios de atividades e manual de defesa civil.

Medidas de prevenção, assistência, socorro e recuperação em situações de emergência ou estado de calamidade pública. **Auxílio** material e moral à população. **Restauração** de serviço público. **Obras** de reparação, desassoreamento, limpeza e escoamento.

INSTRUMENTOS

- Sistemas de Alertas
- Decretação de emergência ou calamidade pública
- Planos de Contingência
- Mapeamento de áreas de risco
- Frentes de trabalho
- Brigadas
- Capacitações e treinamentos
- Estudos
- Requisição Administrativa

Mecanismos de Governança

- Convocação de órgãos para auxílio
- Convênios com municípios
 - Implantação de Comissão Municipal de Defesa Civil
 - Criação e Treinamento de Brigadas
- Frentes de Trabalho

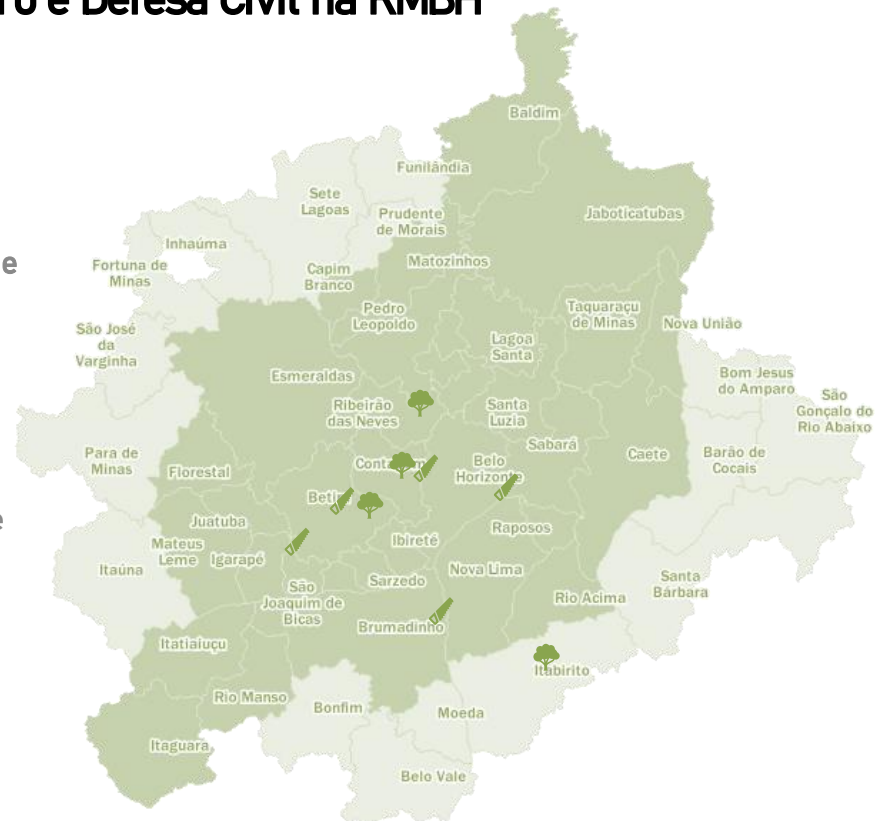
Marco Legal Institucional

- Lei 7157/1977
- Decreto 19.077/1978
- Decreto 47.777/2009
- Lei 15.660/2005



Principais destaques da FPIC Defesa Contra Sinistro e Defesa Civil na RMBH

- 31% da área da RMBH são de UCs, sendo a maior parte de uso sustentável;
- Macrozoneamento da RMBH Zona de Diretrizes Especiais Metropolitanas/Trama Verde Azul e seu rebatimento no controle do uso e ocupação do solo contribuem para a manutenção ambiental das bacias hidrográficas urbanas, UCs, APPs e Áreas de Proteção dos Mananciais;
- UCs concentradas nos vetores sul, norte e nordeste;
- Parques Lineares ao longo de importantes drenagens nos municípios de Belo Horizonte, Contagem, Itabirito e Vespasiano;
- 91% dos municípios tiveram um decréscimo na área total de regiões naturais desde o início da série história do MapBiomias;
- Belo Horizonte, Betim, Contagem, Nova Lima e Sabará são responsáveis por cerca de 40% das áreas degradadas e contaminadas de todo o estado de Minas Gerais.



Parques lineares



Principais áreas degradadas e contaminadas



Planos Setoriais

- Plano de Energia e Mudanças Climáticas de Minas Gerais (PEMC – MG);

Instrumentos e iniciativas pertinentes

- IPTU-Verde em Contagem e Belo Horizonte;
- Bolsa Verde;
- Selo “Semad Recomenda”;
- Projeto Oásis Serra da Moeda;
- Programa Gerdau Germinar;
- DRENURBS – Consolidação de um Sistema de Monitoramento Hidrológico e Alerta contra inundações em BH.





INSTÂNCIAS

- Semad
 - Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM
 - Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento
 - Superintendência de Gestão Ambiental
 - Diretoria de Gestão Territorial Ambiental
 - A Diretoria de Projetos Ambientais e Instrumentos Econômicos
 - Superintendência de Fiscalização
 - Superintendência Regional de Meio Ambiente
 - Instituto Estadual de Florestas
 - Fundação Estadual do Meio Ambiente – FEAM

ATRIBUIÇÕES

Planejar, elaborar, deliberar, coordenar, gerir e supervisionar as **ações setoriais** relativas a conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais.

Controle das atividades e dos empreendimentos considerados potencialmente poluidores.

Implementar as políticas públicas relativas à mudança do clima, às energias renováveis, à qualidade do ar e à qualidade do solo.

Propor, estabelecer e promover a aplicação de normas relativas à conservação, preservação e recuperação dos recursos ambientais

Promover mecanismos de **educação ambiental**.

INSTRUMENTOS

- UCs e áreas prioritárias para sua criação
- Fiscalização
- Licenciamento de empreendimentos
- Zoneamento Econômico Ecológico
- Sanções Administrativas
- Estabelecimento de padrões ambientais
- Cadastros técnicos
- Boletins de qualidade ambiental

MECANISMOS DE GOVERNANÇA

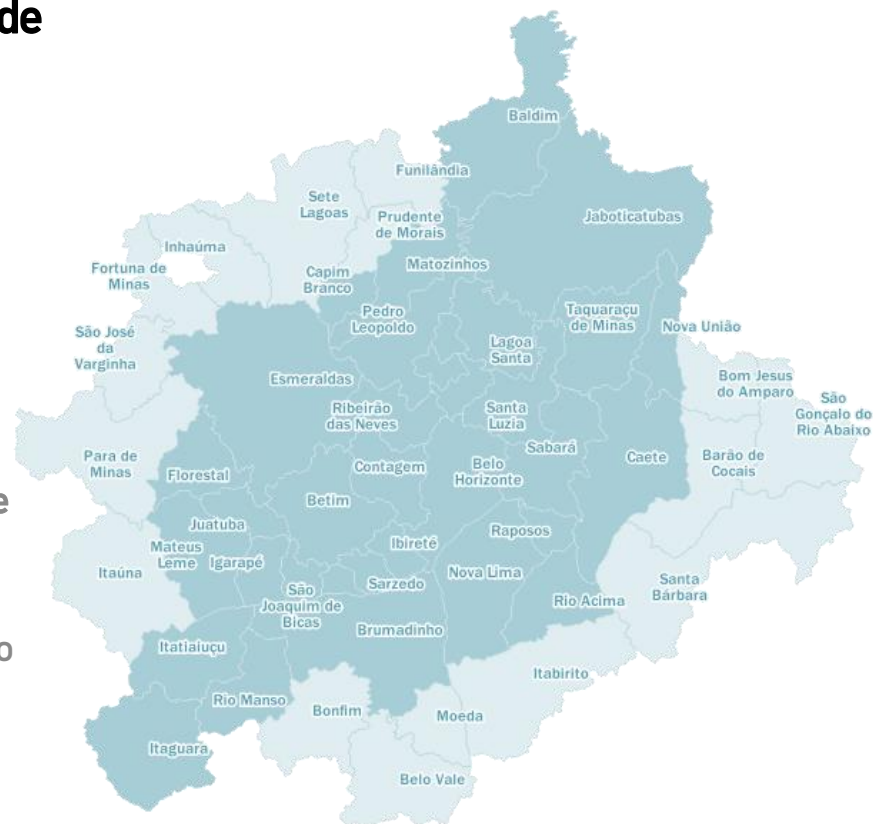
- Convênios
- Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – Sisema

MARCO LEGAL INSTITUCIONAL

- Decreto 47.787/2019
- Decreto 47.892/2020
- Decreto 47.760/2019
- Decreto 45.137/2009
- Decreto 44.500/2007
- Lei 21.972/2016

- Principais destaques da FPIC Aproveitamento de Recursos Hídricos na RMBH

- Panorama dos Municípios da RMBH – Abastecimento e Qualidade da Água nos últimos 15 anos:
- 1/3 mantiveram seus índices desde 2008;
- Mais da metade dos municípios sofreu elevação no índice de perdas físicas na rede de distribuição;
- Dados de Índice de Qualidade das Águas - IQA do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM apontam diversos pontos da RMBH em que a qualidade da água é baixa.



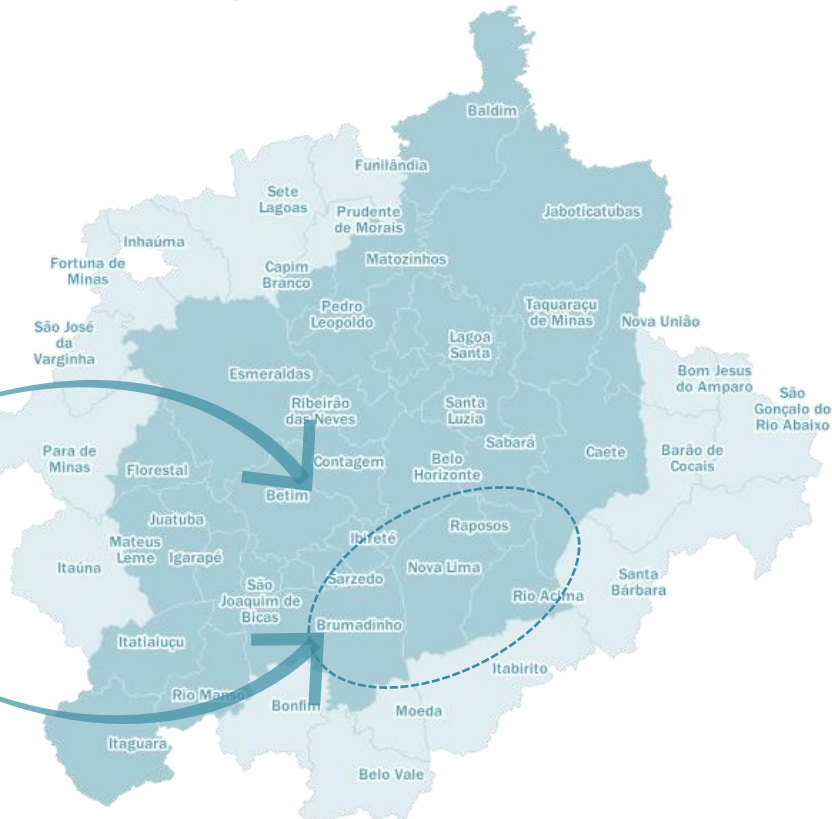
Áreas de Manancial

- Áreas situadas fora de áreas de proteção que estão sofrendo com pressão de uso do solo:

Expansão urbana na Represa Vargem das Flores

Atividades minerárias na Região Sul/Sudeste da RMBH;

Áreas sofrendo com pressão de uso do solo



INSTÂNCIAS

- Semad
 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH-MG
 - Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM.
 - Comitês de Bacias Hidrográficas
 - Agências de Bacias Hidrográficas

ATRIBUIÇÕES

Planejar, elaborar, deliberar, coordenar, gerir e supervisionar as **ações setoriais** relativas aos recursos hídricos.

Disciplinar e coordenar a implementação, **controle e a avaliação dos instrumentos da política estadual** de recursos hídricos.

Controle e monitoramento dos recursos hídricos e de seu uso.

Outorgar direito de uso dos recursos hídricos de domínio do Estado de Minas Gerais.

Operação de redes hidrometeorológicas, hidrogeológicas e sedimentométricas das águas.

INSTRUMENTOS

- Plano de Rec. Hídricos;
- Planos Diretores de Recursos Hídricos de Bacias Hidrográficas;
- Sistema Estadual de Informações
- enquadramento dos corpos de água em classes de usos
- outorga dos direitos de uso;
- cobrança pelo uso;
- compensação a municípios pela exploração;
- o rateio de custos das obras de interesse comum;
- as penalidades
- Fhidro

MECANISMOS DE GOVERNANÇA

- Convênios
- Consórcios
- Mecanismos deliberativos, executivos e consultivos descentralizados na forma de comitês de bacias e agências de bacias hidrográficas

MARCO LEGAL INSTITUCIONAL

- Lei 13.771/2000
- Lei 13.199/1999
- Lei 15.910/2005
- Decreto 41.578/2001
- Decreto 47.866/2020
- Decreto 47.787/2019
- Decreto 48.209/2021
- Deliberação Normativa CERH-MG-04/2002



- **Principais destaques da FPIC Saneamento Básico na RMBH:**

- Resíduos Sólidos:

- Diversas ações estão sendo coordenadas por instituições governamentais como a Fundação Estadual do Meio Ambiente - FEAM e Secretaria de Estado de Meio-Ambiente e Desenv. Sustentável - SEMAD;
- O Programa Minas sem Lixões (PMSL) contribuiu para a concretização de alguns objetivos de alguns programas no PDDI, ainda que executados pela FEAM;

- Abastecimento de água e esgotamento sanitário:

- A maioria dos municípios possui contrato com a COPASA: prestação dos serviços classificada como uniforme; serviços regulados pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - ARSAE;
- A maioria dos sistemas de abastecimento da RMBH requer algum tipo de ampliação, principalmente no que se refere às estações elevatórias de água bruta (EEAB) e a capacidade das estações de tratamento de água (ETAs);



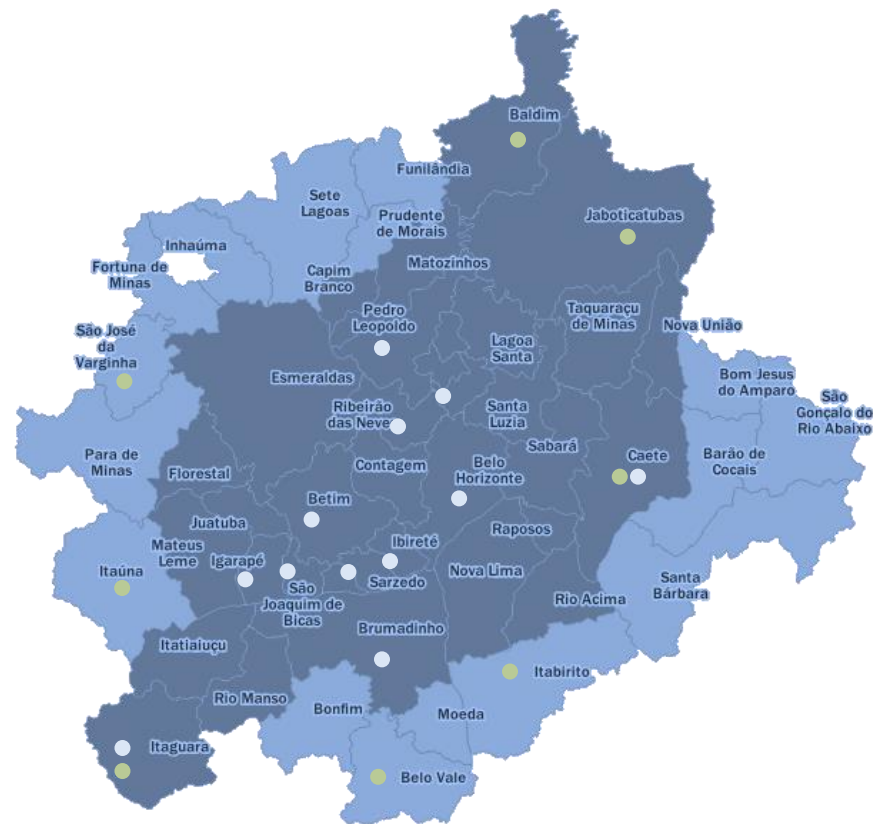
- **Principais destaques da FPIC Saneamento Básico na RMBH:**

- Abastecimento de água e esgotamento sanitário:
- A maioria dos mananciais superficiais apresentam vulnerabilidade em relação à qualidade da água, sobretudo pela presença de barragens de rejeitos a montante das captações superficiais;
- Manejo de águas pluviais:
- Pouco mais de 26% dos municípios da RMBH possuem Plano Diretor para o Manejo das Águas Pluviais e cerca de 39% possuem Cadastro Técnico de suas obras lineares;
- Os municípios com maiores densidades demográficas não possuem taxas satisfatórias de cobertura de vias públicas com redes ou canais de drenagem pluvial;
- A RMBH conta com alguns instrumentos e propostas que podem subsidiar o planejamento das políticas voltadas ao manejo de águas pluviais: só o Plano de Segurança Hídrica (PSH) (em elaboração) mapeou mais de 172 medidas estruturais e 297 medidas não estruturais, sendo a maior parte (40%) das estruturais destinada à drenagem urbana;



Resíduos Sólidos e Limpeza Pública:

- De acordo com o PSH, dos 34 municípios da RMBH, 12 possuem Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) e apenas dois possuem consórcios intermunicipais para gestão dos resíduos sólidos urbanos.
- Apenas 8 dos 34 municípios da RMBH fazem parte de um consórcio de resíduos sólidos e saneamento básico: Baldim, Belo Vale, Caeté, Itabirito, Itaguara, Itaúna, Jaboticatubas e São José da Varginha.
- Com relação aos Resíduos de Construção Civil (RCCs), poucas prefeituras possuem critérios para discernir grandes geradores e pequenos geradores;

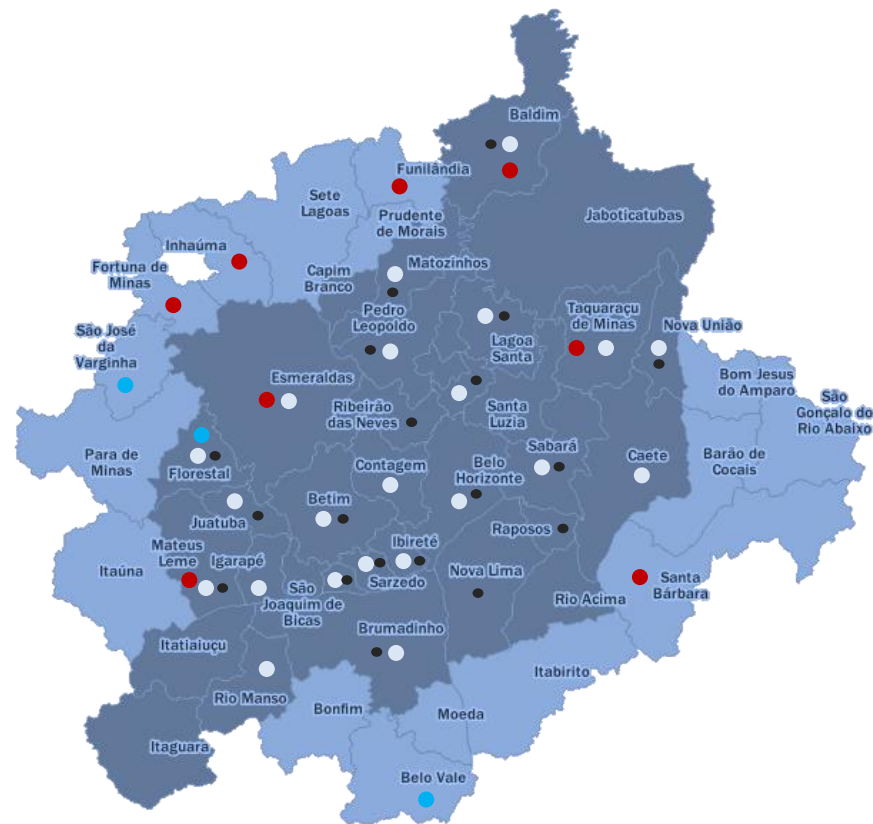


- Municípios que possuem PMGIRS
- Municípios com consórcio de resíduos sólidos e saneamento básico;



Resíduos Sólidos e limpeza pública

- Grande parte dos municípios (19) possuem uma boa cobertura de serviço porta a porta de coleta seletiva;
- A maioria dos municípios realiza coleta seletiva e cerca da metade possui organização de catadores;
- A maioria os municípios estão classificados como “Aterro Sanitário Regularizado”, com poucos municípios com lixões;
- Em todos os municípios da RMBH, as taxas de recuperação de materiais recicláveis é baixa, sendo todos inferiores a 15%;
- A RMBH conta com vários centros logísticos de triagem e reciclagem. Entre eles, existem unidades que realizam a reciclagem de resíduos eletrônicos, sucatas, papel e plástico e alguns possuem Usina de Triagem e Compostagem (UTC);

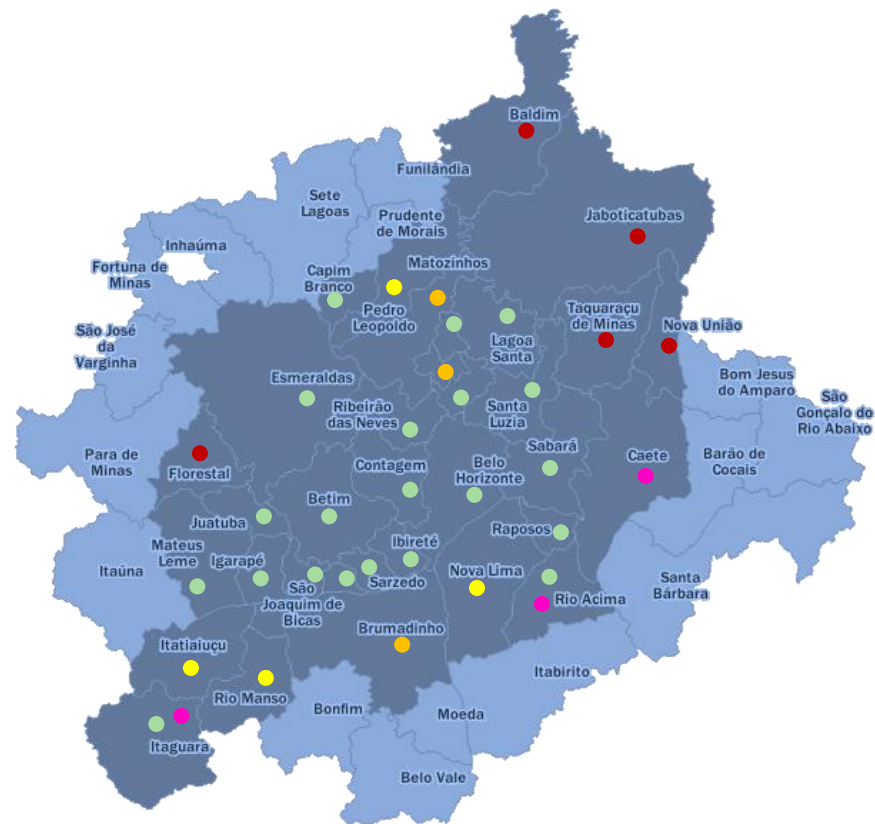


- Com coleta seletiva
- Com ass. de catadores
- Com lixão
- UTC



Água e Esgotamento Sanitário:

- Diversos municípios da RMBH possuem sistemas integrados de abastecimento que dependem de mananciais superficiais mantidos por reservatórios de água bruta espalhados por alguns municípios da região como Betim, Juatuba, Rio Manso, Brumadinho e Nova Lima;
- Todos os mananciais do Sistema Ibirité, quase todos do Sistema Morro Redondo, do Sistema Catarina e do Sistema Barreiro foram classificados como de média vulnerabilidade em relação à quantidade da água. O manancial Córrego Mutuca (Sistema Morro Redondo) que atende Belo Horizonte e Nova Lima é o mais crítico em relação à quantidade de água;
- Quase 1/3 dos municípios da RMBH tem menos de 50% de seu esgoto coletado e quase 2/3 dos municípios possuem índices de tratamento de esgoto inferior a 50% do que é gerado.



- Esgoto uniforme/conc.
- Esgoto não uniforme/conc.
- Esgoto uniforme/não conc.
- Não COPASA
- Esgoto não uniforme/não conc.



Manejo de Águas Pluviais

- **Betim, Belo Horizonte e Santa Luzia** apresentam os maiores percentuais de cursos hídricos naturais canalizados;
- **Pedro Leopoldo (20%) e Sabará (28%)** apresentam os maiores percentuais de domicílios localizados em áreas com risco de inundações.
- **Nova Lima e Nova União** são os que registram o maior número de habitantes realocados em decorrência de eventos hidrológicos;
- **Nenhum dos municípios da RMBH cobra taxas para o serviço de manejo de águas pluviais.** Os custos dos serviços existentes na área urbana por imóvel são superiores a 50 reais por ano em Belo Horizonte, Caeté, Ibirité, Itatiaiuçu, Lagoa Santa, Rio Manso e Sarzedo;



INSTÂNCIAS

- Semad
 - Subsecretaria de Gestão Ambiental e Saneamento
 - Superintendência de Saneamento Básico
 - Diretoria de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário
 - Diretoria de Resíduos Sólidos Urbanos e Drenagem de Águas Pluviais
 - Centro Mineiro de Referência em Resíduos – CMRR
- Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário – ARSAE
- FJP – execução do SEIS

ATRIBUIÇÕES

Planejar, elaborar, deliberar, coordenar, gerir e supervisionar as **ações setoriais** relativas ao saneamento básico.

Aprovar propostas de atos normativos e instruções de serviços relativas a **saneamento básico**.

Coletar, processar e manter atualizado o **banco de dados de abastecimento de água esgotamento sanitário**.

Acompanhamento, avaliação e proposta de revisão do **Plano Estadual de Saneamento Básico**.

Fiscalização e acompanhamento da prestação de serviços.

INSTRUMENTOS

- Sistema de Informações
- banco de dados de abastecimento de água e esgotamento sanitário
- Relat. Panorama Estadual de Saneamento
- Normatizações
- Estabelecimento de Padrões de Qualidade

Mecanismos de Governança

- Alinhamento aos ODS/ONU
- Apoio a administrações municipais
- Orientação a municípios e consórcios.
- Consórcios Públicos
- Convênios de assistência técnica e de apoio institucional
- Sistema de Saneamento Básico

Marco Legal Institucional

- Lei 6.084/1973
- Lei 11.720/1994
- Decreto 47.884/2020
- Decreto 47.787/2019
- Lei 15.660/2005
- Decreto 45.137/2009



INSTÂNCIAS

- Semad
- Subsecretaria de Saneamento Básico
 - Diretoria de Resíduos Sólidos Urbanos e Drenagem de Águas Pluviais
- Centro Mineiro de Referência em Resíduos – CMRR

ATRIBUIÇÕES

Promover, no âmbito de suas competências, a implementação das **Políticas Nacionais e Estaduais de Meio Ambiente e de Resíduos Sólidos**, além do alinhamento às metas estabelecidas no âmbito dos ODS/ONU.

Propor, coordenar e monitorar estudos, projetos, planos, programas, capacitações, parcerias e ações relacionadas ao conjunto de **serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de manejo de resíduos sólidos**.

Planejamento regional integrado da gestão dos resíduos sólidos nas microrregiões definidas por lei estadual. Capacitar e prestar apoio a gestores municipais para otimização do planejamento e da implementação de melhorias e inovações na gestão de resíduos sólidos urbanos.

INSTRUMENTOS

- Planos de Gestão de Resíduos Sólidos
- Tarifas de coleta
- Cadastro de Operados de Resíduos Perigosos
- Padrões de Qualidade
- Coleta seletiva e logística reversa

- Inventários e sistema declaratório anual de resíduos sólidos
- Incentivos fiscais, financeiros e creditícios
- Sistema de Informações
- Monitoramento e fiscalização

MECANISMOS DE GOVERNANÇA

- Cooperação técnica e financeira
- Consórcios Intermunicipais de Resíduos Sólidos
- Incentivo à criação de cooperativas

MARCO LEGAL INSTITUCIONAL

- Lei 18.031/2009
- Decreto nº 47787/2019



- **Principais destaques da FPIC Cartografia e Informações Básicas na RMBH**

- **Parceria com órgãos de estado** (Secretaria de Estado e Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e com a Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais) para o acesso e disponibilização de dados georreferenciados;
- **Carência de um Núcleo de Geoprocessamento** para compor a equipe técnica permanente;
- **Necessária capacitação de técnicos** para maior otimização do uso de plataformas e dados;
- **Dispersão das informações em diferentes plataformas**, como o (i) Sistema Integrado do Uso do Solo (SIRUS), que auxilia na identificação das áreas metropolitanas prioritárias ao planejamento; o (ii) Sistema de Informações Culturais e Turísticas (SICT/RMBH), destinado ao mapeamento de manifestações artísticas, culturais e turísticas; e a (iii) Plataforma Integrada do Turismo, de domínio da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (SECULT) da RMBH, que disponibiliza um mapa interativo de Minas Gerais, com os atrativos culturais e naturais por municípios;
- **Carência de um sistema de acompanhamento** para: (i) instituição de uma base de dados metropolitana única, (ii) verificação da execução de projetos municipais e metropolitanos, (iii) estabelecimento de processos de consulta, (iv) facilitar o acesso ao público em geral;



INSTÂNCIAS

- Agência RMBH
- Fundação João Pinheiro - FJP

ATRIBUIÇÕES

Demarcação territorial e promoção de estudos em geocientíficos.

Coleta, produção, sistematização e análise de informações estatísticas multidimensionais.

Monitoramento e avaliação de políticas públicas.

INSTRUMENTOS

- Sistemas de Informações Geográficas
- Relatórios Técnicos
- Estudos
- Bases de dados tabulares

MECANISMOS DE GOVERNANÇA

- Parcerias técnicas
- Convênios
- Consórcios

MARCO LEGAL INSTITUCIONAL

- Decreto nº 47877/2020
- Lei Complementar 89/2006



- **Visão geral RMBH**

- O PDDI (2011) não prevê propostas para a FPIC;
- Até 2045 – Todo o território mineiro é servido de gás natural canalizado por meio da Companhia de Gás de Minas Gerais (GASMIG) – controle acionário pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG;
- A Constituição Federal determina que a regulação e prestação do serviço de distribuição do gás canalizado são de atribuição do Estado (parágrafo segundo do artigo 25);
- O Decreto Estadual nº 47.785/2019 determina que:
- a Subsecretaria de Promoção de Investimentos e Cadeias Produtivas em Minas Gerais (Subsecretaria da SEDE) tem por atribuições: regular e fiscalizar as ações e atividades decorrentes do cumprimento do contrato de concessão e exploração do serviço de distribuição de gás canalizado.
- a Superintendência de Política Minerária, Energética e Logística tem como uma de suas competências coordenar as atividades relativas à fiscalização e à regulação do serviço e comercialização do gás canalizado;
- a Diretoria de Energia tem como competência a realização de estudos visando o estabelecimento dos valores das tarifas de distribuição e comercialização de gás canalizado.



INSTÂNCIAS

- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - Sede
 - Subsecretaria de Promoção de Investimentos e Cadeias Produtivas de Minas Gerais
 - Superintendência de Política Minerária, Energética e Logística
 - Diretoria de Energia
 - Companhia de Gás de Minas Gerais – GASMIG (controle indireto do Estado, via Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG)

ATRIBUIÇÕES

- Planejar, organizar, dirigir, coordenar, executar, controlar e avaliar as políticas minerárias e energéticas
- Regular e fiscalizar atividades dos contratos de concessão de exploração do serviço de distribuição de gás canalizado.
- Coordenar e estabelecer diretrizes para planos, programas e projetos.
- Coordenar as atividades de fiscalização e regulação do serviço de distribuição de gás canalizado.
- Promover estudos tarifários e instruir processos de reajuste.
- Promover estudos para aperfeiçoamento regulatório.
- Exploração por concessão (GASMIG) do Estado.

INSTRUMENTOS

- Ordens de serviços
- Estudos tarifários
- Regulamentos
- Fiscalizações e Vistorias

Mecanismos de Governança

- Convênios
- Exploração por Concessão

Marco Legal Institucional

- Lei 11.021/1993
- Decreto 47.785/2019

PANORAMA GERAL DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES RESULTANTES DE ACORDO COM A VALE



• Como resposta ao desastre de Brumadinho:

- Programa de Reparação Socioeconômica;
- Programa de Reparação Socioambiental;
- Programa de Mobilidade;
- Programa de Fortalecimento do Serviço Público;
- **Abrangência:** Estado de Minas Gerais; Alguns, especialmente direcionados aos 26 municípios diretamente impactados; destes, 8 são da RMBH (Betim, Brumadinho, Esmeraldas, Florestal, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme e São Joaquim de Bicas) e 3 são do Colar Metropolitano (Fortuna de Minas, Mário Campos e Pará de Minas);

Categorias de ações dos programas do Acordo Judicial.



Fonte: Governo do Estado de Minas Gerais/Pró-Brumadinho (2023).

PANORAMA GERAL DE PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES

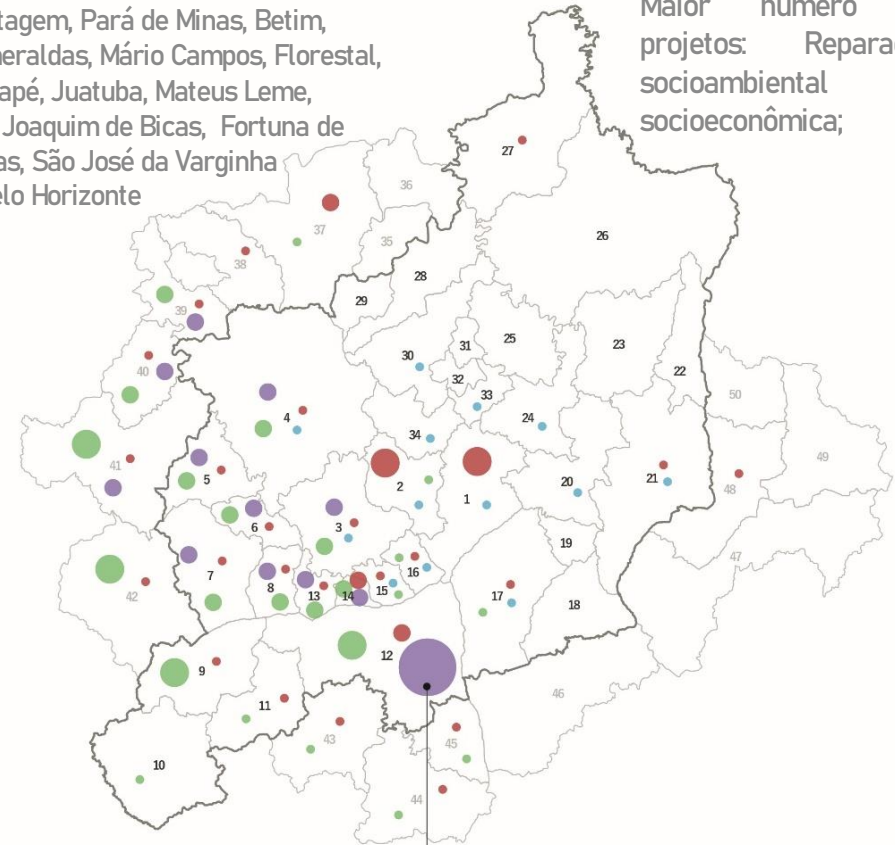


RESULTANTES DE ACORDO COM A VALE

- Projetos de reparação socioambiental e de reparação socioeconômica: municípios localizados à noroeste de Brumadinho;
- Projetos de mobilidade: distribuídos entre os municípios localizados nas porções central e nordeste da RMBH;
- Projetos de fortalecimento de serviços públicos: municípios localizados no centro da RMBH - embora também estejam previstos alguns, em menor número, para algumas municipalidades localizadas na porção noroeste da RMBH e seu colar metropolitano.
- Não estão previstos projetos para os municípios localizados no arco norte-leste-sul da RMBH e colar metropolitano.

Contagem, Pará de Minas, Betim, Esmeraldas, Mário Campos, Florestal, Igarapé, Juatuba, Mateus Leme, São Joaquim de Bicas, Fortuna de Minas, São José da Varginha e Belo Horizonte

Maior número de projetos: Reparação socioambiental e socioeconômica;



● Brumadinho se destaca dos demais, quando analisados os resultados quantitativos de Reparação Socioeconômica



Grandes áreas de projeto

■ Socioeconômica ■ Socioambiental ■ Mobilidade ■ Serviços Públicos

Proporcional quantitativo

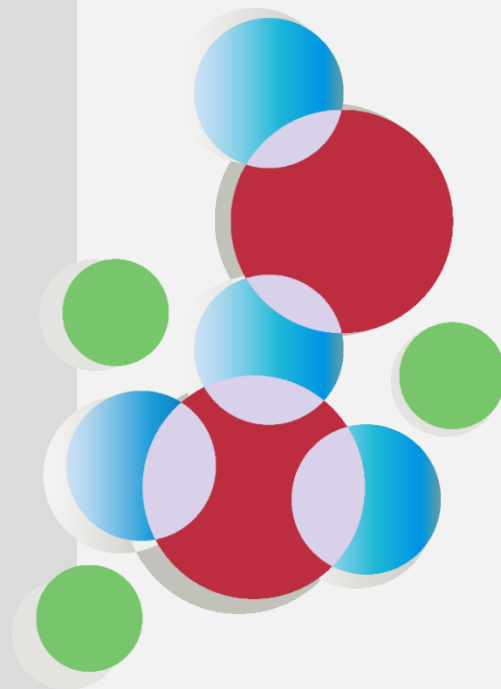




- **Principais Aspectos:**

- **Necessários avanços** nas condições de **consorciação** dos municípios e da proposição de capacitação para formação de novos consórcios;
- **Falta de padronização de fluxo de informações** entre prefeituras e Agência RMBH, o que afeta todo o Sistema de Indicadores Metropolitanos;
- **Necessidade de capacitação de agentes** para excelência em estratégias metropolitanas, adequação de legislações, entendimentos de conceitos e proposição de melhores infraestruturas, sobretudo àquelas baseadas em IA;
- **Diminuição de recursos financeiros** tanto no FDM como na Agência RMBH, o que dificulta a capacidade de financiamento de projetos urbanos e contratação de servidores qualificados;
- **Sombreamento de programas** em diferentes políticas, o que requer otimização das propostas;
- **Clara demanda por aproveitamento** de procedimentos já instalados, para otimização de recursos;

5. Próximas etapas



Próximas Etapas

- **12 e 15 de junho:** Reunião com Instituições;

Preparação para divulgação de Audiências Públicas;
- **10 de julho:** Publicação do P2 – Diagnóstico no site e início da divulgação das Audiências por parte da Agência RMBH;
- **31 de julho:** Início do 1º Ciclo de Audiências.

1º Ciclo de APs



1º Ciclo APs

31/07 Vespasiano e Santa Luzia

01/08 Pedro Leopoldo e São José da Lapa

02/08 Belo Horizonte e Contagem

Lagoa Santa e Confins

03/08 Baldim e Jaboticatubas

04/08 Capim Branco e Matozinhos

Esmeraldas e Ribeirão das Neves

07/08 Itaguara e Rio Manso

Itatiaiuçu e Igarapé

08/08

São Joaquim das Bicas e Mário Campos

Florestal e Mateus Leme

09/08

Betim e Juatuba

Ibirité e Sarzedo

10/08

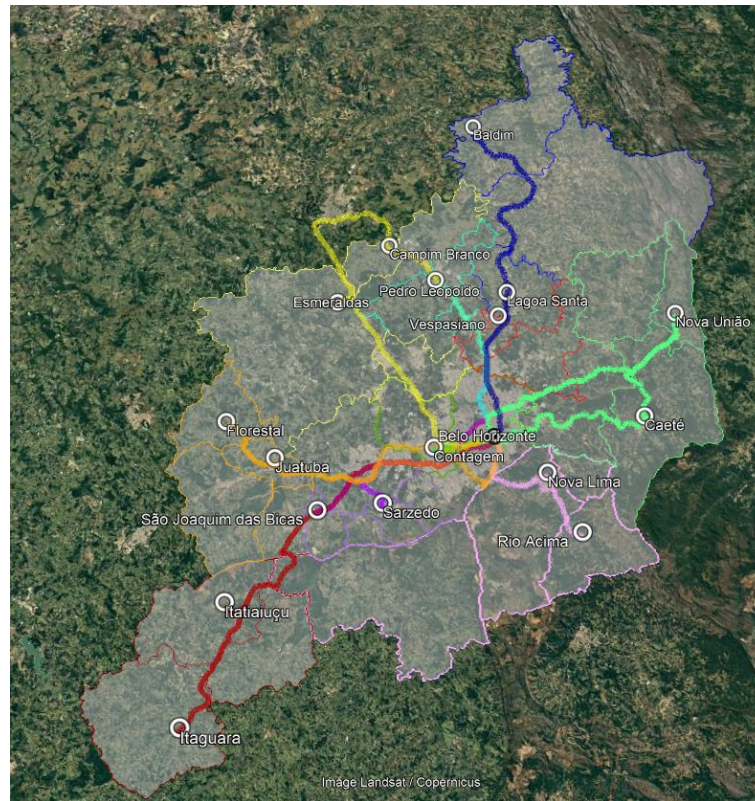
Raposos e Rio Acima

Brumadinho e Nova Lima

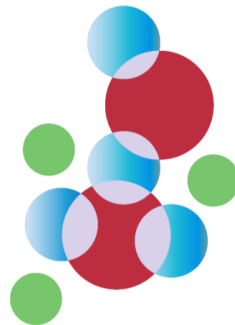
11/08

Caeté e Sabará

Taquaraçu de Minas e Nova União



PLANO DIRETOR METROPOLITANO RMBH



**Dúvidas, sugestões?
Entre em contato conosco!**

<http://www.agenciarmbh.mg.gov.br/>

Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte

Cidade Administrativa do Estado de Minas Gerais
Rodovia Papa João Paulo II, 4001
Prédio Gerais | 11º andar
Serra Verde | Belo Horizonte | MG –CEP 31630-901

Tel.: (31) 3916.7688
Site: <http://www.agenciarmbh.mg.gov.br>

**Consórcio:
URBTEC™
Engenharia, Planejamento e Consultoria**

**EnvEx
Engenharia e Consultoria**

Av. João Gualberto, 1721
Curitiba/PR - CEP 80030-001

Tel.: (41) 3281-1900
Site: www.urbtec.com.br
E-mail: contato@urbtec.com.br